

PARTE IV

ANÁLISE DAS CARTAS PRIVADAS

Na sequência, analisamos as cartas privadas de Mário, Drummond, Freud, Sêneca e John Wesley para, a partir da mobilização dos percursos observados na parte introdutória deste livro – analisar nas missivas o funcionamento da autoria, a constituição da paratopia e as cenografias –, sustentar nossas hipóteses apresentadas anteriormente.

É importante ressaltar que as três instâncias constitutivas do funcionamento da autoria (a *pessoa*, o *escritor* e o *inscritor*), a constituição da paratopia e as cenografias construídas presentes nas cartas privadas não ocorrem de forma estanque nos enunciados das epístolas, como houvesse a possibilidade de serem percebidas apenas em excertos específicos.

Desse modo, as três instâncias autorais mobilizadas nas cartas, as paratopias constituídas dos autores analisados e as cenografias construídas nas/pelas missivas privadas são legitimadoras e constitutivas das enunciações que proporcionam condições de existência. Nesse sentido, o funcionamento da autoria, a paratopia e a cenografia atravessam todos os enunciados produzidos; porém, para as nossas análises e como uma maneira de apresentar formalmente os funcionamentos e as constituições, escolhemos trechos das epístolas privadas que evidenciam tais aspectos com mais clareza, embora não esgotem as ocorrências dos fenômenos.

Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade

Após a leitura das cartas privadas trocadas entre Mário de Andrade (MA) e Carlos Drummond de Andrade (CDA), sobretudo de 1924 a 1930, período inicial de sedimentação das diretrizes do movimento modernista brasileiro, e conforme os (sub)critérios estabelecidos de recorte do *corpus*, selecionamos seis cartas privadas, três de cada autor.

As cartas de MA a serem analisadas foram elaboradas em 23 de agosto de 1925, 18 de fevereiro de 1925 e uma sem data, mas com referência a 1928. Enquanto isso, as correspondências de CDA são de 22 de novembro de 1924, 30 de dezembro de 1924 e 6 de fevereiro de 1925.

MA – 23 de agosto de 1925

Nessa carta de MA, as três instâncias constitutivas do funcionamento da autoria se imbricam sem se hierarquizarem no processo de enunciação que as legitima de fato. A vida cotidiana do autor, sua trajetória específica na instituição literária e o modo particular de mobilizar a cena genérica e as cenografias constituem e legitimam as próprias condições de produção, bem como a prática discursiva da troca de cartas privadas entre os membros do grupo modernista.

MA afirma, nessa carta privada, que está com saudades de CDA, o que poderia caracterizar a instância da *pessoa*, como vimos na Parte II deste livro. Atrelada à instância da *pessoa*, MA se vale de uma palavra na variedade popular “sodade” falada pelo homem do campo, o que evidenciaria uma forma de se posicionar em relação às instâncias do gênero e do texto – nesse caso, assume tal uso de língua como adequado ao gênero/texto por meio do qual enuncia, o que caracterizaria a instância do *inscritor*.

Juntamente às instâncias da *pessoa* e do *inscritor*, MA, em defesa das ideias sobre a língua nacional (momento em que poderíamos

caracterizar a instância do *escritor*), cita uma estranheza quando visualiza a escrita (elaborada por ele mesmo) da preposição “para”, ao invés de “pra”, cuja ortografia é adotada pelo escritor há algum tempo:

Aqui vai primeiro uma sodade grande. Pra você e pra Dolores. Deus os abençoe e sejam felizes [...]. Quer saber de uma coisa? Quando leio qualquer coisa minha e aparece um *para* tenho um bruto sobressalto. Tenho a impressão exata de que encontrei um erro, de tal forma com menos de ano de costume já me acostumei ao *pra* (ANDRADE, 2002, p. 135, 138, grifos do autor).

Ao defender na carta as ideias sobre a língua portuguesa do Brasil, MA apresenta sua trajetória na instituição literária para constituir e legitimar a identidade discursiva do posicionamento modernista no campo literário brasileiro da primeira metade do século XX. Por meio dos preceitos modernistas, MA propõe uma noção de língua nacional que pode ser caracterizada como a instância do *escritor*.

É possível perceber, junto a essa instância e às outras duas, a constituição da paratopia criadora do autor, uma vez que MA, ao se posicionar de modo específico em relação às instâncias do texto, do gênero e das cenografias – as quais descreveriam a instância do *inscritor* –, confessa a CDA, como outro indício de detalhamento da instância da *pessoa*, que é incompreendido (condição insustentável – caracterização da paratopia), sobretudo quando propôs “soluções” para a língua portuguesa do Brasil, pautadas no modo específico do modernismo brasileiro de conceber a língua brasileira (mais outro ponto possível de caracterizar a instância do *escritor*). Nesse sentido, a constituição da paratopia criadora do autor pode ser descrita pelo tipo temporal (“sou mal compreendido” – “meu tempo não é meu tempo”):

E é realmente um sacrifício eu afirmar pra você que sou mal compreendido porque tomei por norma que realizei sempre até agorinha o não dizer isso pra ninguém. Acho ridículo a gente não ser compreendido e acho mais que não ser compreendido é culpa da gente e não dos que não nos compreendem. Pois principalmente com as minhas últimas evoluções sou ferozmente incompreendido até pelos meus amigos que me acham orgulhoso e insincero tentando “criar a língua brasileira”. Nunca tive essa vaidade, esta veleidade: dou minha solução, que os outros tenham a coragem de fazer o mesmo e pronto: não dou vinte anos teremos uma língua não diferente, porém bastante diversa da portuguesa e, o que é muito mais importante, afeiçoada ao nosso caráter e condições (ANDRADE, 2002, p. 137).

Em outro ponto relevante nessa carta, MA, que coloca enquanto mentor do grupo modernista, incentiva CDA e o grupo modernista de Minas Gerais a continuarem com “A Revista”, de cunho artístico e modernista. Tal gesto reforça a ideia de que o texto é uma forma de gestão do contexto, devido à possibilidade de observar, em certo nível, que MA busca, na troca epistolar, a construção de uma rede de discípulos, ao se apresentar como um líder. Notamos também no enunciado da carta que, para MA, com a manutenção dessa revista – mais uma do grupo modernista e, talvez, a primeira de Minas Gerais –, o posicionamento modernista brasileiro se sustentaria e se imporia perante outros posicionamentos concorrentes (principalmente o parnasianismo) no campo literário brasileiro da primeira metade do século XX:

Você parece ter vergonha da *Revista*. Meu Deus! quanto temor e quanta dúvida. Quem dá o que tem não fica devendo. Vocês não podem e nem Rio nem São Paulo podem fazer uma revista moderna às direitas sem ficar igrejinha como *Klaxon* [...]. Façam uma revista como *A Revista* botem bem misturado o modernismo bonito de vocês com o passadismo dos outros. Misturem o mais possível (ANDRADE, 2002, p. 142).

Nesse sentido, as cartas privadas trocadas entre dois autores consagrados do posicionamento modernista brasileiro funciona como instância enunciativa legitimadora do próprio posicionamento, além de possivelmente legitimar e constituir as identidades criadoras e as produções literárias (canônicas e associadas) dos mesmos autores. Ainda na mesma correspondência e com a retomada de duas cartas anteriores trocadas com CDA, MA argumenta que ser brasileiro se insere na relação a algo, o que seria diferente de ser nacionalista.

A retomada das duas cartas privadas anteriores pode constituir uma argumentação elaborada por MA para defender ideias específicas sobre o que é ser um modernista brasileiro, característica possível da instância do *escritor*. Mais que isso, a referência a ambas as epístolas nos permite perceber a prática discursiva da troca de missivas privadas entre os membros do grupo como um modo de legitimar ações dele mesmo, em prol da constituição no campo literário brasileiro da primeira metade do século XX:

Você se lembra daquele conceito de ser que eu dei pra você uma vez. Agora que você “mandou ao diabo as atitudes literárias” como me diz a sua carta me parece que você está mais em condições de me compreender. Agora você pode compreender que ser não é “deixar de ser” [...] você pode compreender que ser é ser em relação (ANDRADE, 2002, p. 140).

Em relação às cenografias criadas no/pelo texto, é possível observar, nessa carta, a encenação de um debate sobre a língua nacional no seguinte sentido: MA retoma, como forma de argumentação, duas obras suas, “Paulicéia Desvairada”, de 1922, e “A escrava que não é Isaura”, de 1925. Segundo ele, tais livros seriam bons exemplos para pensar a língua portuguesa do Brasil, pois abordam as problemáticas e aplicam formas para uma língua nacional: enquanto a primeira busca a forma de falar do brasileiro,

a segunda visa a um “português de lei”. Tal gesto constitui uma estratégia do autor para legitimar a própria condição (sua identidade criadora) e a produção de ambas as obras referidas na correspondência.

Demonstramos que MA se sente autorizado, em certa medida e enquanto autor, a comentar e a retomar as próprias obras para as aliar à defesa da língua brasileira e as legitimar enquanto livros importantes no debate dessa questão, inclinado às ideias modernistas. MA confessa a CDA que escreveu “Paulicéia Desvairada” para, de certa forma, apresentar seu posicionamento frente à noção de língua brasileira; contudo, “A escrava que não é Isaura” foi elaborada apenas por vaidade, para mostrar aos outros sua inteligência, seu conhecimento profundo da gramática padrão lusitana (o chamado “cabotinismo”), pois o chamavam de “ignorantão”:

A preocupação de falar como brasileiro fala já vem de *Paulicéia*, onde pus isso no prefácio. *A Escrava* foi uma quebra na evolução. Explica-se perfeitamente. Na *Escrava* fui conscientemente cabotino, os meus amigos daqui sabem disso. Tinham falado pelos jornais e por toda a parte que eu era um ignorantão... Quis mostrar que não era e mostrei. Sempre fazendo bem pros outros que não tinham as mesmas possibilidades que eu pra conhecer o que se estava fazendo e quis as tendências do modernismo universal escrevi um livro em português de lei [...]. Foi esse cabotinismo consciente que provocou o português da *Escrava*, essa minha “sextilhas de frei Antão” (ANDRADE, 2002, p. 137).

A carta privada trocada entre MA e CDA, que à época eram membros do grupo modernista, funciona como prática discursiva para gerir suas condições de produção, o que a caracteriza como gênero do discurso por apresentar, dentre outros aspectos, restrições sócio-históricas bastante incisivas. Por meio das três instâncias constitutivas do funcionamento da autoria, há a possibilidade de evidenciar que tal correspondência privada exerce a função de

um embreante paratópico, visto que a paratopia se constitui nas referidas instâncias – em certo nível, reconhecemos o texto como uma forma de gestão do seu contexto.

MA – 18 de fevereiro de 1925

Cenografias possíveis que emergem dessa carta privada ilustram análises, debates e críticas literárias. Mais especificamente, observamos que MA analisa alguns poemas de CDA que iriam compor, futuramente, seu primeiro livro, “Alguma Poesia”, de 1930:

PASSA UMA ALEIJADINHA: Acha uma muleta aqui outra além outra adiante, me parece que acaba um pouco de repente “e lá vai toda curvada coxeando”. Gosto do coxeando, tão nosso, tão mais expressivo de movimento continuado que o a coxear dos portugueses, mas talvez se um outro verso descritivo ou subjetivo encompridasse a frase o poema ficava com o fim mais final. Por exemplo: e lá vai toda curvada, coxeando, coxeando pela rua Pará ou coisa que o valha. O poema é seu. Dei uma amostra sem pensar só pra mostrar que o poema tomba de repente no final. Sem que tenha uma razão expressiva pra isso (ANDRADE, 2002, p. 98).

Nesse trecho, é abordada uma cenografia de crítica literária, com o intuito de regular as estratégias de exercício da literatura, conforme os ideais estéticos do posicionamento modernista brasileiro.

Com relação ao funcionamento da autoria na referida carta, verificamos o imbricamento das três instâncias: MA apresenta elementos de sua vida íntima a CDA, como a afirmação de que está ainda doente (o que caracterizaria a instância da *pessoa*) e faz análises, críticas e comentários de alguns poemas de CDA que foram enviados em carta anterior para ele os analisar, o que diz respeito à instância do *escritor*. Na referida missiva, notamos novamente a possibilidade de evidenciar a trajetória de MA na instituição

literária, visto que, ao analisar e comentar os poemas de CDA, apresenta um posicionamento particular no grupo modernista e no campo literário no qual se circunscreve de fato.

Quanto às questões linguístico-enunciativas, além do uso do registro “pra”, MA se vale de ironias como um modo específico de enunciação para mobilizar o processo criador da carta privada, o que caracteriza a instância do *inscritor*. Constatamos que MA ironiza CDA ao afirmar que CDA está com dúvidas no momento em que precisa ligar para Portugal para saber a forma certa de se escrever o português. Tal ironia demonstra uma artimanha para defender os próprios argumentos no momento das análises dos poemas de CDA, o que marca mais uma vez seu posicionamento como característica da instância do *escritor*. Esse modo de enunciação próprio de MA pode (cor)responder a uma proposta estética, com o posicionamento na interlíngua pela forma de conceber a literatura brasileira:

Ainda não sarei. Não sei quanto isso durará. Coisas do estômago. Coisas de esgotamento nervoso. Debilitamento geral. Vivo da cama pro trabalho, do trabalho pra cama, da cama pro divertimento obrigatório, do divertimento pra cama outra vez [...]. NOTA SOCIAL: Foi uma ignomínia a substituição do *na* estação por *à* estação só porque em Portugal paisinho desimportante pra nós diz assim. Repare que eu digo que Portugal diz assim e não escreve só. Em Portugal tem uma gente corajosa que, em vez de ir assuntar como é que dizia na Roma latina e materna, fez uma gramática pelo que se falava em Portugal mesmo. Mas no Brasil o senhor Carlos Drummond diz “cheguei em casa” “fui na farmácia” “vou no cinema” e quando escreve veste um fraque debruado de galego, telefona pra Lisboa e pergunta pro ilustre Figueiredo: – Como é que se está dizendo agora no Chiado: é “chega na estação” ou “chega à estação”? E escreve o que o senhor Figueiredo manda. E assim o Brasil progride com Constituição anglo-estadunidense, língua franco-lusa e outras alavancas fecundas e legítimas (ANDRADE, 2002, p. 98; 100, grifos do autor).

Na missiva acima, MA, ao analisar poemas de CDA, busca, em um mesmo gesto, a legitimação de sua identidade criadora e produções dos espaços canônico e associado, uma vez que retoma a obra “Paulicéia Desvairada” como argumento para sustentar os comentários sobre os poemas de CDA, sempre com base no posicionamento modernista brasileiro. Ao evocar o referido livro, MA demonstra o próprio posicionamento no grupo modernista e no campo literário brasileiro da primeira metade do século XX, pois se autoafirma como autor (identidade criadora) vinculado à produção de obras e legitima as produções dos espaços canônico – como “Paulicéia Desvairada” – e associado (o “Prefácio Interessantíssimo”):

Primeiro uma observação geral de muita importância pra definir bem a minha posição na literatura do Brasil. Não sei se você já observou. Um dia, Drummond, quando eu tinha vinte anos mais ou menos eu comecei a ser artista. Lia versos e gostava. Depois comecei e escrevê-los e etc. Fiquei artista de verdade. Esse meu artistismo afinal deu num estouro de boiada: *Paulicéia Desvairada*. Mas *Paulicéia* já não é inteiro arte. As “Enfibraturas do Ipiranga” não são arte. É polêmica e é teoria. Realmente continua o “Prefácio” (ANDRADE, 2002, p. 103).

A paratopia criadora, por sua vez, se constitui nessa carta privada, principalmente no momento em que MA afirma não ser mais artista. Dessa forma, MA confessa a CDA – em outra caracterização da instância da *pessoa* – que sua arte (ou tipo de arte) não seria esperada pelo campo literário que o circunscreve e até mesmo pelo próprio grupo (outra possível caracterização da instância do *escritor*). Nesse caso, faria qualquer outra coisa em seus poemas, livros e romances, exceto arte.

Em outro trecho da carta, é notória a apresentação de sua condição insustentável de ser e não ser artista, apesar de estar no grupo modernista brasileiro, pois MA, a partir de um modo específico de enunciação, como a mobilização de pronome oblíquo

em início de frase (a qual também poderia caracterizar a instância do *inscritor*) – “Me seria certamente doloroso...” (ANDRADE, 2002, p. 103) –, afirma se sacrificar em prol de algo maior. Entretanto, contraditoriamente, ele continua com a produção de textos do espaço canônico, vinculados ao seu posicionamento discursivo literário. Nessa perspectiva, é possível evidenciar supostamente uma paratopia do tipo de identidade, em que “minha arte não é minha arte”:

Daí uma diferença essencial entre vocês, artistas legítimos, e eu que na realidade verdadeira não sou mais artista. Isto parece blague como outra qualquer mas não é. Continuo a embelezar minhas obras, torná-las agradáveis pra interessar, atrair, convencer. Mas lhes falta aquela qualidade artística primeira que uma infinidade de estetas e entre os últimos recentes Croce de maneira berrante estabeleceram: ausência de interesse prático, criação livre e pura do espírito. Minha arte, se assim você quiser, tem uma função prática, é originada, inspirada dum interesse vital e pra ele se dirige [...]. Minha arte aparente é antes de mais nada uma pregação. Em seguida é uma demonstração. Me seria certamente doloroso confessar isto se eu não fosse um homem que antes de mais nada vive e ama e se devotou inteiramente à vida e aos amores dele [...]. Esta diferença essencial entre mim e vocês todos os demais modernistas do Brasil explica os sacrifícios de minha arte (ANDRADE, 2002, p. 103).

Podemos constatar também que as cartas privadas trocadas entre MA e CDA funcionam como prática discursiva para legitimar e constituir o posicionamento modernista brasileiro, além de funcionarem como um gênero do discurso (cena genérica) e um embreante paratópico. A ancoragem do texto no contexto, em que “finca” a prática discursiva da troca de missivas privadas a suas condições de produção, legitima a identidade criadora de MA (paratópica) e suas produções dos espaços canônico e associado.

MA – sem data, 1928

Esta carta produz a cenografia de divulgação de obras, pois MA solicita a CDA a distribuição de “Macunaíma”, de 1928, aos amigos e às livrarias de Minas Gerais. Essa ação reforça a busca do autor por geri-la, por expandir seu estatuto de autor e, ao mesmo tempo, é uma maneira de legitimar a obra em questão. Tal gestão confere uma estratégia, por parte de MA, de “recrutamento” e “expulsão” de novos membros da comunidade dos modernistas, pois MA pretende enviar sua obra a determinados membros do grupo, em detrimento daqueles que, segundo ele, não estão mais interessados. Além disso, tal iniciativa faz MA se fazer “visível” enquanto identidade criadora singular perante outros autores:

Aí vai. Por favor me mande o livro do [sic] Nava¹ porque estou afobado e até procurar a carta de você com a cidade onde ele para, me come tempo. Pros outros não mando mais. Nem acusação de recebimento do *Clã* me mandaram. Nem uma palavra de camaradagem [...]. Os outros bote [sic] em livraria se valer a pena... pros moços daí (ANDRADE, 2002, p. 334).

No tocante às três instâncias constitutivas do funcionamento da autoria, é possível evidenciar seu imbricamento na carta: i) a instância do *inscritor* é perceptível na forma como MA gerencia o modo de enunciação considerado possível nesse gênero do discurso (cartas privadas), com a mobilização de palavras regionalistas como “afobado”, “come tempo” e o uso das preposições “pra” e “pros”, relacionado às regras de uma escrita modernista brasileira; ii) a instância do *escritor* se evidencia na representação da obra “Macunaíma”, de 1928, e pelo gesto de sua distribuição, pois, ao mostrar a obra para outros membros do grupo e solicitar a divulgação nos espaços onde circulam textos de escritores possivelmente renomados, MA pretende se firmar enquanto autor do grupo modernista e legitimar seu posicionamento; e iii) a instância da

1 Na verdade, MA queria oferecer o livro “Macunaíma”, de 1928, a Pedro Nava, e não o contrário.

pessoa é perceptível no gesto de MA em confessar estar ressentido de não ter recebido carta ou resposta de algumas pessoas consideradas membros do grupo.

Por seu turno, a paratopia pode ser percebida na carta quando MA afirma que se encontra em uma situação insustentável e é incompreendido pelos editores do *Diário de Minas*, em termos de produção estética. Tal autor alega não querer enviar a obra recém-lançada ao referido periódico por temer uma interpretação errônea da sátira “Macunaíma”, de 1928, pois, conforme atesta o enunciado da correspondência, ele acredita que sua obra está além de seu tempo. Nesse sentido, a constituição da paratopia criadora de MA é do tipo temporal (“meu tempo não é meu tempo”):

Banco o ressentido, embora esteja louco de vontade de mandar um abraço pra eles. Então inventei essa solução. Dos exemplares sem dedicatória, acho que não vale a pena dar um pro *Diário de Minas*. O livro é imoral por demais pra essa gente compreender a sátira, aliás complacente reconheço, que fiz da imoralidade sem caráter de brasileiro. Pois faça deles o que quiser (ANDRADE, 2002, p. 334).

A análise dessa missiva nos permite afirmar que a prática discursiva da troca epistolar entre os membros do grupo modernista é essencial, por funcionar como um elemento legitimador e constituinte do movimento que mobiliza as cartas privadas como instância enunciativa, na qual o grupo constrói e fortalece a comunidade e seu posicionamento. O texto, mais especificamente o gênero discursivo carta privada de autores consagrados, funciona mais uma vez como gestão do contexto e, nesse sentido, um embreante de natureza paratópica, pelo fato de ser gerido por uma identidade criadora do campo literário.

CDA – 22 de novembro de 1924

As três instâncias constitutivas do funcionamento da autoria também podem se imbricar mutuamente nas cartas produzidas por CDA. Nessa missiva, é possível perceber, de forma imbricada, a instância da *pessoa* vinculada à do *escritor*, por exemplo, no seguinte trecho: “Obrigadíssimo pela sua carta, que me encheu de alegria, sim, de viva alegria, embora não concorde com muitas coisas que você aí deixou. Mas o prazer é o mesmo, com ou sem discussão” (ANDRADE, 2002, p. 56). CDA, além de agradecer ao amigo pelo envio da última correspondência – o que caracterizaria a instância da *pessoa* –, afirma discordar de questões postas na epístola anterior, em que discutiam sobre o modo de ser modernista no Brasil (possivelmente, caracteriza-se aqui a instância do *escritor*).

Também percebemos a instância do *inscritor* no modo de enunciação de CDA quando, por exemplo, ele mobiliza metáforas para se referir ao abraço devido à possibilidade de um encontro entre MA e os membros do grupo/amigos de Minas Gerais: “Mas, que prazer seria para mim chegar até aí para apertar-lhe os ossos! Estou acariciando o projeto com volúpia” (ANDRADE, 2002, p. 62). Nesse momento da enunciação, há uma forma particular de mobilização da carta privada por parte de CDA, que se vale (e não somente nessa carta) de metáforas, ironias, jogos com as palavras etc., isto é, de um modo de enunciação adequado ao gênero do discurso mobilizado.

Na carta, CDA apresenta a MA outra missiva que havia sido recebida de Manuel Bandeira, considerado membro do grupo modernista. CDA afirma que, na carta de Bandeira, ele defende a ideia de que a literatura brasileira precisa se tornar universal a partir do enquadramento das questões nacionais do Brasil:

Ou, como diz Manuel Bandeira, “enquadrar, situar a vida nacional no ambiente universal, procurando o equilíbrio entre os dois elementos”. Equilíbrio evidentemente difícil, dada a evidência da

desproporção. E esse é um trabalho para muitas e muitas gerações. Como realizá-lo? Penso que este problema envolve centenas de problemas particulares, que rebentam e se desenvolvem na intimidade do nosso espírito inquieto (ANDRADE, 2002, p. 57).

Em certo nível, notamos o funcionamento da rede de discipulados mobilizada por MA: CDA afirma ser grato a MA por poder legitimar os próprios versos em função do que este último fez em “Paulicéia Desvairada”, de 1922. CDA indica que poderia escrever tais versos – ou seja, se constituir em um autor e marcar seu posicionamento modernista no interior do campo discursivo literário brasileiro – por ter a autorização e a garantia para isso na referida produção do espaço canônico de MA:

Não posso deixar de confessar o muito que lhe devo, prezado Mário: permiti-me, nos meus versos (quase todos inéditos), algumas audácias que só a *Paulicéia* tornou possíveis. São audácias com carteira de identificação... Alguns desses versos seguem junto a esta carta (ANDRADE, 2002, p. 60).

Com o gesto provável de legitimar a futura obra com outra produzida por um membro importante do grupo e reconhecido por outros membros como autor de obras, CDA gere sua estratégia de se autolegitimar como autor do grupo, justamente pelo fato de elaborar versos e contar com a aprovação de outro autor do grupo para obter reconhecimento. Entretanto, ao mesmo tempo e quando menciona “Paulicéia Desvairada”, de 1922, para legitimar seus versos e o futuro livro, CDA legitima a produção do espaço canônico de MA, por mencionar e reconhecer a referida elaboração enquanto obra legítima do posicionamento modernista brasileiro.

Mais uma vez, a relação entre discípulo e mestre é evidente entre CDA e MA nessa carta. Ao enviar seus versos para MA, CDA pede sua “autorizada opinião” (ANDRADE, 2002, p. 60) e, enquanto discípulo, espera uma crítica literária por parte de MA, o possível

mestre ou autor consagrado e reconhecido pelo próprio grupo. A depender do resultado da crítica, CDA poderá saber se estará autorizado ou não a falar em nome do grupo modernista brasileiro, enquanto um possível autor legítimo de tal posicionamento:

Alguns desses versos seguem junto a esta carta. Quero ter sobre eles a sua nobre e autorizada opinião. Nos últimos (Minha terra tem palmeiras) creio haver indícios de que vou aplicando as ideias que, um pouco duro de cérebro, reluto em aceitar. Em todo caso, quero a sua opinião e mesmo os seus conselhos; recebê-los-ei de alma aberta. Aguardo também o “Noturno de Belo Horizonte”. Li e apreciei extraordinariamente as “Danças”. Vejo aí um exemplar de pura poesia moderna. Nota-se que o experimentador de *Paulicéia Desvairada* já possui plenamente a sua arte (ANDRADE, 2002, p. 61-62).

A paratopia criadora de CDA e constituída na carta é vista em vários momentos: na situação em que CDA discorda de algumas ideias propostas por MA em carta anterior e apresenta, no próprio mundo que cria, sua condição paratópica, pois o gesto de discordar demonstra a impossibilidade de aderir ou se inscrever completamente no espaço literário reivindicado. Outro indício do lugar impossível é visto quando CDA cita que MA foi injusto em sua opinião sobre o artigo dele, por tê-lo produzido em condições complicadas que poderiam ser interpretadas como paratópicas, isto é, em uma relação difícil com o meio em que vive:

Mas, afinal, você foi injusto comigo, supondo-me livresco. Você não gostou do meu artigo. Apoiado. Entretanto, o meu artigo vale pela coragem com que foi escrito, e que não é pequena em um meio, como este em que vivo, cretiníssimo. Estas coisas lhe são estranhas, porque você vive bem longe desse lugarejo chamado Belo Horizonte (ANDRADE, 2002, p. 56).

No excerto acima, podemos observar a possibilidade de

constituição da paratopia de um tipo espacial e de identidade, ao mesmo tempo, relacionada à provável instância do *escritor*, uma vez que, para CDA, o lugar onde está (Belo Horizonte/MG) e onde os pensamentos ainda são a favor da Europa e de Anatole France, não é um lugar legítimo de representação em termos de posicionamento, apesar de ter acreditado fortemente no referido escritor francês. CDA demonstra que seu lugar não é seu de fato, tampouco seu grupo não o é nesse contexto.

Por não se adequar ou não aceitar esse grupo e lugar, CDA o qualifica como “cretiníssimo” e, nesse sentido, insustentável para ele. Provavelmente, por não se sentir em uma topia (um lugar), ele produz a carta para gerir a própria situação paratópica, com uma impossível adesão/inscrição ao espaço literário e à sociedade daquela época. Até mesmo Belo Horizonte, no processo de enunciação da missiva, se torna um lugar paratópico, um mundo impossível, se comparado à cidade de São Paulo como centro urbano estabelecido.

Em outra passagem da carta, CDA reconhece defeitos apontados por MA em missiva anterior, como o fato de não ser suficientemente brasileiro. Porém, em seguida, CDA questiona se isso seria realmente ser modernista ou se o sacrifício de ser brasileiro seria válido. Atrelados às possíveis instâncias da *pessoa* e do *escritor*, observamos mais uma vez a possibilidade de constituição de uma paratopia criadora de CDA que se configura, nesse momento, em uma paratopia de identidade. CDA – como cidadão brasileiro (o qual caracteriza a instância da *pessoa*) e enquanto intelectual e membro do grupo modernista brasileiro (o qual também detalha a instância do *escritor*) – se encontra em uma situação impossível e possivelmente paratópica na carta, por saber que havia nascido no Brasil e em Minas Gerais, além de sentir que deveria ter nascido na França, especificamente em Paris; logo, “minha nação não é minha nação”.

Apesar da possível demonstração de insustentabilidade de ser

e não ser brasileiro, CDA se considera membro do posicionamento modernista de nosso país, ao se dizer consciente de que precisa se adaptar (ou até mesmo se sacrificar) para ser um brasileiro no Brasil, e não um estrangeiro fora de casa, além de se reafirmar como autor de obras modernistas:

Reconheço alguns defeitos que aponta no meu espírito. Não sou ainda suficientemente brasileiro. Mas, às vezes, me pergunto se vale a pena sê-lo. Pessoalmente, acho lastimável essa história de nascer entre paisagens incultas e sob céus pouco civilizados. Tenho uma estima bem medíocre pelo panorama brasileiro. Sou um mau cidadão, confesso. É que nasci em Minas, quando deveria nascer (não veja cabotismo nesta confissão, peço-lhe!) em Paris. O meio em que vivo me é estranho: sou um exilado [...]. Sou acidentalmente brasileiro (como você, aliás, se confessa em sua carta: “É no Brasil que me acontece viver... etc.”). Detesto o Brasil como a um ambiente nocivo à expansão do meu espírito. Sou hereditariamente europeu, ou antes: francês. Amo a França como um ambiente propício, etc. [...]. Agora, como acho indecente continuar a ser francês no Brasil, tenho que renunciar à única tradição verdadeiramente respeitável para mim, a tradição francesa. Tenho que resignar-me a ser indígena entre os indígenas, sem ilusões. Enorme sacrifício (ANDRADE, 2002, p. 56; 59).

Cenografias construídas nessa carta privada, assim como ocorre nas cartas de MA, apresentam encenações que se distanciam da rotina genérica do gênero do discurso em questão. Desse modo, CDA mobiliza um debate com MA a respeito da discussão sobre como ser brasileiro sem ser nacionalista, mais precisamente acerca de como ser brasileiro aos moldes do modernismo. CDA concorda com algumas questões postas por MA, mas discorda de outras, pois, para ele, é difícil a ideia de pensar ser brasileiro por se considerar um francês ou um estrangeiro no próprio país. A seguir, apresentamos um trecho em que observamos a encenação do debate sobre a busca da identidade nacional:

O que muito voluntariamente procurei foi mostrar-lhe o porquê da minha oposição a alguns conceitos de sua carta. Vejo agora que essa oposição não é substancial e que, no fundo, estamos de acordo. Ou melhor: eu estou de acordo consigo. Você despreza acima de tudo a vil imitação dos modelos estrangeiros, e eu só posso secundá-lo nessa atitude. Porque, se respeito a tradição francesa, não respeito os falsificadores nacionais dessa tradição. Você veio dar, com seus poemas de um ritmo largo e desabusado, uma espantosa liberdade aos nossos poetas. Quer agora que eles marchem por si mesmos, que avancem, que sejam um pouco doidos, e tudo isto é justíssimo (ANDRADE, 2002, p. 60).

Com a análise dessa carta, verificamos que as cartas privadas de CDA também funcionam como uma prática discursiva para legitimar o posicionamento modernista no campo literário do Brasil da primeira metade do século XX, bem como corroborar sua identidade criadora (estatuto de autor) e suas produções dos espaços associado e canônico. Tal prática discursiva da troca epistolar gere as próprias condições de produção e, mais uma vez, percebemos a possibilidade do texto como forma de gestão de seu contexto.

CDA – 30 de dezembro de 1924

Em relação ao funcionamento das três instâncias constitutivas do funcionamento da autoria, é possível perceber, nessa carta de CDA, a suposta emergência da instância da *pessoa* e do *inscritor*, quando o autor explica a MA os motivos de ter demorado a responder à missiva anterior. CDA informa que, devido às avaliações feitas no curso de farmácia na faculdade (provável representação da instância da *pessoa*) e que tomaram seu tempo, ele qualifica tal evento (realizar os exames) como “cacetíssimos” e, com a mobilização dessa palavra – uma espécie de gíria da época (ou regionalismo) –, marca um modo particular de enunciação como provável representação da instância do *inscritor*:

Ora, viva! Custei, mas apareci. É que andei às voltas com uns exames, e exames cacetíssimos, ao meio de um curso inconcebível que venho fazendo. Já estou desafojado; suponho mesmo que passei. Você diria antes: afirmo que passei (não pelo orgulho de passar, mas por um outro, o de afirmar qualquer coisa) (ANDRADE, 2002, p. 77).

Em seguida, CDA muda de tópico, se exclui da esfera particular e retorna à intelectual/artística que compreende os debates sobre ser brasileiro e não ser nacionalista, segundo os pressupostos do grupo modernista do nosso país. CDA reafirma sua insatisfação com um comentário feito por MA em carta anterior, em que este último o qualificava como “muito inteligente”, e isso o incomodou. Para expressar tal situação, CDA utiliza a ironia (o que caracteriza a instância do *inscritor*) para afirmar a MA que ele poderia o chamar do que quisesse, até mesmo de parnasiano (outro possível indício da instância do *escritor*), mas não de “muito inteligente”.

Mesmo em um tom de ironia, que marca novamente o modo particular de enunciação de CDA (o que caracterizaria a instância do *inscritor*), percebemos que ele marca o posicionamento no campo (provável emergência da instância do *escritor*), ao se afirmar como modernista justamente quando pede, ironicamente, para ser chamado de parnasiano ou de Coelho Neto (o Príncipe dos Prosadores Brasileiros), ao invés de “muito inteligente”: “Sabe que quase fiquei zangado consigo? Pois é fato. Você me xingou de ‘muito inteligente’. Podia chamar-me de burro, de besta, de acadêmico, de parnasiano, de Coelho Neto, de tudo; mas de muito inteligente!...” (ANDRADE, 2002, p. 77).

Nessa carta, há a construção de prováveis cenografias que se distanciam da rotina genérica de uma carta privada: esta carta encena um debate intelectual entre dois membros do mesmo grupo, que buscam um ponto em comum em relação a ser brasileiro e, ao mesmo tempo, modernista. CDA afirma que ambos ainda não

chegaram a um acordo sobre tal fato e defende a ideia de que buscar os meios para ser brasileiro e se tornar um é também problemática, o que marca seu posicionamento particular no grupo modernista.

Mais uma vez de forma irônica, CDA questiona se eles “debatem” de fato e mobiliza possíveis cenografias que encenam um debate de ideias que legitimam a produção da própria carta, bem como a prática discursiva da troca de cartas privadas entre os membros do grupo modernista brasileiro. Mesmo com esse “debate”, CDA marca sua trajetória na instituição literária e, apesar de discordar de algumas ideias teóricas de MA, ele concorda, em certa medida, com as suas produções literárias (poemas):

E afinal, não chegamos a nenhum acordo, embora eu, praticamente, esteja a seu lado, e, recusando as suas teorias, aceito com entusiasmo as suas criações. Se não estou confuso, o nosso debate (será mesmo um debate?) gira em menos sobre a necessidade de ser brasileiro que sobre os meios de vir a sê-lo. Disse-lhe que acho muito difícil naturalizar-me Cruzeiro do Sul. Tenho cá as minhas razões. Não são, como você pensa, ditadas pelo senhor Anatólio e seus respeitáveis confrades, de cuja companhia gradualmente me afasto (ANDRADE, 2002, p. 77).

Na carta, CDA defende que apenas ser brasileiro é insuficiente para ser modernista, pois haveria várias formas de o ser e, para reforçar esse argumento, evoca o verso de um poema de MA: “uma tolice como as outras” (ANDRADE, 2002, p. 79). Com essa iniciativa, marca novamente o posicionamento no próprio grupo, ao defender algumas ideias que destoam das de outros membros, o que também poderia caracterizar a emergência da instância do *escritor*:

Como obrigar as inteligências a situar a sua atividade na paisagem mais ou menos restrita da sua pátria? Uma pátria é um acaso como os outros, ou, como você lindamente diz de Belo Horizonte: “uma tolice como as outras”. Como dizer a um escritor: escreva brasileiro se deseja ser? Há mil maneiras de ser. Uma delas, e não a menos

confortável, é deixar-se ser (ANDRADE, 2002, p. 79).

CDA também apresenta uma análise de um poema inédito de MA, “Noturno de Belo Horizonte” – ao analisá-lo, autolegitima sua condição de identidade criadora, pois se sente autorizado a criticar e analisar o poema de outro membro do grupo, o que caracteriza a instância do *escritor*. Quando reconhece, em certo nível, essa produção de MA enquanto poema legítimo do posicionamento modernista brasileiro, a ponto de analisá-lo, CDA, com o mesmo gesto, também legitima, de certa maneira, a identidade criadora de MA, em que o reconhece como um autor possivelmente legítimo do grupo modernista brasileiro.

Ademais, ao analisar um poema de MA, CDA mobiliza cenografias que encenam debates, análises e críticas literárias, em que concorda com algumas passagens do poema e discorda de outras. Esse debate e as análises de poemas entre os membros do grupo modernista, nas cartas privadas, funciona como gestão e fortalecimento do elo entre eles, pois o poema é divulgado para outros membros:

Recebi o “Noturno de Belo Horizonte”, seguramente o maior esforço da poesia nacional (Se não quiser ler, vire a página; eu vou elogiar). Gostei ampla, vastamente. Ele me fez crer que você tem razão, por isso que suas ideias nacionalistas o conduziram de maneira lógica a um poema tão rico de expressão e intenção, em que o sentimento da terra se confunde com o mais puro e desinteressado lirismo. Isto eu aplaudo, patrício! É poesia, e da melhor qualidade. Só não é poesia (pelo menos assim o creio) o trecho em que você prega o nacionalismo universalista, e que podia figurar dignamente num discurso a 15 ou 19 de novembro [...]. Passei-o ao Nava, que o transmitiu ao Almeida. Outros amigos pedem-me uma vistazinha [...]. Mas espero que você consentirá em que eu satisfaça a mais dois ou três amigos inteligentes; não será excessiva publicidade. Posso emprestar? (ANDRADE, 2002, p. 80-81).

CDA, ao se confirmar como produtor de poemas, se reconhece e se legitima enquanto uma identidade criadora no seu grupo e no campo literário brasileiro, por se autorizar a produzir literatura legítima. Com o intuito de comentar os próprios poemas, CDA legitima suas produções no espaço canônico, pois argumenta que tais poemas irão compor o primeiro livro. CDA, além de agradecer pelos comentários e análises de suas poesias feitas por MA em cartas anteriores, encaminha outros poemas para a apreciação de MA na carta analisada nesta seção. Então, CDA se diz grato e honrado pelas constatações feitas pelo suposto mestre, apesar de não concordar com todas:

Falarei agora nas minhas tentativas poéticas. Devolvo-lhe quase todos os versos: cortei apenas os que me pareceram mais ordinários. Seguem ainda alguns que você não conhece, embora não sejam os últimos. Aceitei com infinito prazer as sugestões com que você honrou os meus trabalhos, e que demonstram leitura atenta e simpática. Não aprovei tudo, mas quase tudo (ANDRADE, 2002, p. 81-82).

A constituição da paratopia criadora de CDA, que emerge dessa carta privada, é provavelmente perceptível quando CDA, em debate com MA, defende a ideia de que apenas ser brasileiro ou nacionalista seriam insuficiente para caracterizar um membro legítimo do posicionamento modernista do nosso país. Atrelados às instâncias da *pessoa*, do *escritor* e do *inscritor*, percebemos, no processo específico de enunciação dessa missiva, a provável situação insustentável em que se encontra CDA. Como dito anteriormente, não se considera um brasileiro, mas um francês (insustentabilidade pela instância da *pessoa*), sem não se ver mais adepto dos pensamentos franceses de Anatole France (insustentabilidade na instância do *escritor*). Para gerir e legitimar seu posicionamento e insustentabilidade, por meio de um modo específico de enunciação

dessa missiva privada, CDA mobiliza recursos estilísticos irônicos e de repetição de termos, o que corresponde a uma insustentabilidade pela instância do *inscritor*:

Confesso-me francês, porém não anatoliano. Para mim, como para você, o senhor Anatólio é uma besta, uma besta, uma besta [...]. Tiremos, assim, aquela besta da questão. Voltemos à realidade brasileira, nua e crua (oh! tão crua!) que você transfigura, e que eu ainda não posso aceitar (ANDRADE, 2002, p. 77).

O ápice da provável constituição de uma paratopia evidenciada nessa carta ocorre quando CDA, que ainda defende a ideia de que ser brasileiro ou nacionalista não é o suficiente para reconhecer um membro modernista, por haver várias formas de ser algo, apresenta uma expressão para indicar sua insustentabilidade, isto é, sua condição vasta de ter várias nuances, inclusive ser francês ou não brasileiro como “liberdade espiritual”. Há, pois, a emergência de uma paratopia do tipo de identidade, que se articula às três instâncias constitutivas do funcionamento da autoria, por implicar uma dada relação de amizade (caracterização da instância da *pessoa*), misturada com discussões que exigem certo percurso na instituição literária (caracterização da instância do *escritor*) e atrelada aos modos de enunciação particulares do autor, algo sempre irônico (caracterização da instância do *inscritor*) – “minha pátria não é minha pátria”; e “meu modo de ser não é meu modo de ser”:

Escute. Há ocasiões em que eu me sinto enquadrado no meio natal. Sou um com a minha gente. Nessas ocasiões sou brasileiro como os que mais o sejam. Mas não chego a ser nacionalista. Entendo por nacionalista: ter princípios; fazer estatutos sobre o amor da pátria, etc. E como é bom ser brasileiro! Contudo, não é o único bem da vida. Daí amanhecer, outros dias, norueguês ou tchecoslovaco (mais frequentemente, francês). Isto é o que eu chamo de liberdade espiritual. Este, sim, o maior bem da vida. Ser. Mas ser tudo.

Não somente brasileiro. É tão pequeno o Brasil!... Irradiação de personalidade, e não ausência dela. A literatura que se fomenta (ANDRADE, 2002, p. 79).

Foi possível notar que a troca de cartas privadas entre MA e CDA apresenta um funcionamento regular enquanto prática discursiva, isto é, como instância enunciativa legitimadora da identidade discursiva do grupo modernista no campo literário do Brasil da primeira metade do século XX. A prática discursiva da troca epistolar entre MA e CDA legitima suas identidades criadoras e produções dos espaços canônico e associado no campo.

Além de um gênero do discurso, é possível constatar que as cartas privadas trocadas entre MA e CDA funcionam como embreante paratópico, pois ancoram o processo de produção das cartas nas condições de produção, no que tange à situação paratópica criadora dos autores nas condições de produção de suas obras.

CDA – 6 de fevereiro de 1925

CDA inicia essa carta com a confirmação e o agradecimento por ter recebido a obra de MA, “A escrava que não é Isaura”, de 1925. Também afirma que entregou os exemplares dessa obra aos outros membros do grupo de Minas Gerais (Martins de Almeida e Pedro Nava) e à livraria que conhecia em Belo Horizonte:

Que deliciosa surpresa, o seu livro! Foi o acontecimento mais feliz do meu 1925. Aperto-lhe as mãos, agradecendo. A *escrava* é riquíssima de sugestões; não resistirei ao prazer de transmitir-lhe algumas. Estou lendo as suas páginas com volúpia. Entreguei ao Almeida e ao Nava os exemplares que você lhes destinou. Fui também à Livraria Alves (rua da Bahia, 1055), onde me informaram que seu livro poderá ser-lhe remetido em consignação, ganhando a casa 20% (ANDRADE, 2002, p. 94).

No que concerne às três instâncias constitutivas do funcionamento da autoria, percebemos emergir, em certo nível, a provável instância da *pessoa* quando CDA, por ser amigo de MA, demonstra estar feliz e agradecido com o presente recebido – o ensaio “A escrava que não é Isaura”, de 1925: “Que deliciosa surpresa, o seu livro! Foi o acontecimento mais feliz do meu 1925. Aperto-lhe as mãos, agradecendo.” (ANDRADE, 2002, p. 94). A instância da *pessoa* pode ser percebida também quando CDA se mostra preocupado com a saúde de MA, que estava doente, e pede notícias sobre a saúde dele: “Dê-me notícias de sua saúde. Fiquei pesaroso em sabê-lo doente. Não se esqueça, sim?” (ANDRADE, 2002, p. 95).

Em relação à instância do *escritor*, no mesmo trecho é possível evidenciá-la quando CDA pontua que está lendo a obra que ganhou de presente de MA e que, nesse momento, seria a figura de um membro do grupo modernista, possivelmente considerado um mentor. CDA assegura que, *a posteriori*, realizará uma análise ou crítica da obra – isso indica a possibilidade de haver um trajeto/movimento por parte do ator CDA na instituição literária, o qual legitima seu estatuto de autor e a adesão ao posicionamento modernista brasileiro com o gesto de leitura da obra de outro membro do grupo, para uma possível atualização dos conhecimentos estéticos do movimento: “A escrava é riquíssima de sugestões; não resistirei ao prazer de transmitir-lhe algumas. Estou lendo as suas páginas com volúpia” (ANDRADE, 2002, p. 94).

A instância do *inscritor* em outro trecho da carta é marcada pelo estilo irônico e metafórico de CDA que, nesse contexto, conclama as livrarias em um momento específico, no que tange às “padarias espirituais”. É possível perceber também a emergência da instância do *inscritor* atrelada à do *escritor*, quando CDA, de maneira irônica, chama o grupo modernista de “futurista”. Essa ironia alude aos críticos e teóricos da literatura brasileira da época que, de modo

equivocado, consideravam futurista o grupo modernista brasileiro. A forma como CDA gerencia a enunciação dessa carta, por meio de ironias e metáforas, legitima seu processo de produção e as condições de produção:

Em Juiz de Fora, não conheço padarias espirituais; mas o Almeida conhece. Ele é de lá e promete tratar do assunto. Temos o maior interesse em que o seu livro seja divulgado. É mais um documento honesto da linda campanha dos nossos “futuristas” (ANDRADE, 2002, p. 94).

Nessa carta existem cenografias que encenam a gestão de obras relacionada, ao mesmo tempo, à rede de discípulos possivelmente visada por MA, uma vez que a CDA segue o que foi solicitado em carta anterior: MA pede a CDA para negociar a “A escrava que não é Isaura”, de 1925, nas livrarias de Minas Gerais. Pela mobilização dessa cenografia, há uma possível estratégia de gestão, legitimação e constituição, por parte de CDA, de uma obra que busca pertencer ao *opus* do campo literário brasileiro, mesmo que tal obra não seja de sua autoria: “Mande só dez exemplares; vendidos, a livraria (que é a maior de Minas) pedirá mais” (ANDRADE, 2002, p. 94).

A cenografia de gestão de obras é evidenciada quando CDA considera a importância de divulgação da produção de MA, pois é mais uma estratégia de gestão, legitimação e constituição da identidade discursiva do grupo modernista frente às outras identidades polemizadas no campo literário da época, a exemplo dos parnasianistas: “Temos o maior interesse em que o seu livro seja divulgado. É mais um documento honesto da linda campanha dos nossos ‘futuristas’” (ANDRADE, 2002, p. 94).

Enquanto isso, a constituição da paratopia criadora de CDA nessa carta pode ser demonstrada, em certo grau, no trecho a seguir, quando CDA afirma (e reconhece) que foi adepto dos pensamentos passadistas da antiga Europa (sobretudo da França), ou seja, se insere

na topia dominante de sua época. Todavia, a situação é diferente: CDA não sente um pertencimento a esse grupo/“jardim” nem se inscreve no espaço literário e na sociedade dominantes de seu tempo e, tampouco, se reconhece como parnasianista nem adepto de Anatole France; logo, se reconhece fora desse lugar/grupo:

Quando penso que também eu andei a esmo pelos jardins passadistas, colhendo e cheirando flores gramaticais, e bancando atitudes de sabedoria! Pois veio o imprevisto e me expulsou do jardim. Você, com duas ou três cartas valentes acabou o milagre. Converteu-me à terra. Creio agora que, sendo o mesmo, sou outro pela visão menos escura e mais amorosa das coisas que me rodeiam. Respiro com força. Berro um pouco. Disparo. Creio que sou feliz! (ANDRADE, 2002, p. 95).

Com a análise dessa carta de CDA, podemos observar o modo de funcionamento da prática discursiva da troca de cartas engendrada pelos integrantes do grupo modernista brasileiro que mobilizam essa cena genérica/gênero do discurso como forma de gestão, legitimação e constituição de suas identidades criadoras e produções (dos espaços canônico e associado) no campo literário brasileiro, em que buscam suas impossíveis inscrições.

Fundamentados nas considerações a respeito das cartas privadas ora analisadas, reconhecemos o postulado de Maingueneau (2012), para quem o texto é uma forma de gestão do contexto. Nesse sentido, são fortalecidas as restrições sócio-históricas desse tipo de carta privada trocada entre autores consagrados do campo literário brasileiro; por conseguinte, torna-se impossível concebê-la como hipergênero, mas como um gênero do discurso. Quando ressaltamos que a missiva privada de autores consagrados é um espaço enunciativo, nos quais as três instâncias constitutivas do funcionamento da autoria se imbricam e constituem a paratopia criadora dos autores, há a possibilidade de concebê-la como um

embreante paratópico.

Sigmund Freud

Sigmund Freud, autor consagrado do campo científico europeu do final do século XIX e início do século XX, foi um médico neurologista e psiquiatra precursor da psicanálise. Suas pesquisas iniciais estão relacionadas ao tratamento de pacientes com histeria, cuja hipótese da causa dessa doença era psicológica, e não orgânica. Tal pensamento fundamentou outros conceitos desenvolvidos, como os de neurose e inconsciente.

De fato, a instância da *pessoa* atravessa o processo enunciativo das cartas privadas de Freud, assim como as outras duas instâncias que também demonstram atravessar mutuamente a instância da *pessoa*. Tal situação foi confirmada anteriormente e embasa a abordagem teórico-metodológica da análise do discurso literário de Maingueneau (2012).

Por meio da análise das missivas privadas de Freud, notamos a emergência de sua vida íntima, ou seja, o provável funcionamento da instância da *pessoa*, pois o autor apresenta as ações do seu cotidiano ao destinatário. Na correspondência de 10 de julho de 1893, o autor enuncia sobre suas férias: “De qualquer modo, passarei o breve período das férias em Reichenau, com meus filhotes, que é o que mais me diverte” (MASSON, 1986, p. 51); na epístola de 30 de janeiro de 1901, ele aborda suas questões financeiras: “Este ano, tenho três a quatro sessões a menos por dia e, portanto, sinto-me muito melhor, mas sofro de um certo mal-estar financeiro” (MASSON, 1986, p. 435); e no documento epistolar de 22 de junho de 1894, ele cita os esforços para deixar de fumar:

Não tenho fumado há sete semanas, desde o dia de sua proibição.

A princípio, como era esperável, senti-me abusivamente mal. Sintomas cardíacos acompanhados de depressão branda, além do terrível sofrimento de abstinência. Este último se dissipou depois de aproximadamente três semanas, enquanto a primeira cedeu após cerca de cinco semanas, porém deixando-me completamente incapaz de trabalhar, derrotado. Decorridas sete semanas, apesar de minha promessa a você, recomecei a fumar (MASSON, 1986, p. 84).

Ademais, ele elenca características sobre si, sua mulher e filhos:

Meus filhos estão esplêndidos agora; apenas Mathilde me preocupa um pouquinho. Minha mulher está bem disposta e animada, mas não estou satisfeito com sua aparência. O problema é que estamos prestes a ficar velhos, um pouco prematuramente para os pequerruchos (MASSON, 1986, p. 86).

Nas cartas de 28 de dezembro de 1887, 7 de agosto de 1894 e 19 de setembro de 1901, respectivamente, notamos o provável funcionamento da instância da *pessoa*, pois, em seus processos enunciativos, o autor apresenta, íntima e confidentemente, o início, a intensificação e depois o declínio da sua amizade com Wilhelm Fliess, com quem engendrou a prática discursiva da troca de tais correspondências privadas:

[i] Sua carta cordial e seu magnífico presente despertaram em mim as mais prazerosas recordações, e o sentimento que vislumbro por trás desses dois presentes de Natal enche-me de expectativas de um relacionamento estimulante e mutuamente satisfatório entre nós no futuro [...]. [ii] Parto para Salzburgo amanhã cedo. Lá me encontrarei com minha mulher e minha cunhada, que planejam visitar a mãe em Reichenhall, e na sexta-feira, sábado ou domingo, espero estar com você. Não posso ser mais preciso, pois ainda não é certo se levarei ou não minha mulher comigo para Munique. Estou realmente ansioso por revê-lo. Se tiver notícias para mim antes disso, por favor, use este endereço: Salzburgo, entrega geral [...]. [iii]

Talvez você tenha sido apressado demais em desistir de mim como confidente. Um amigo que tem o direito de contradizer e que, por sua ignorância, dificilmente se tornaria perigoso, não deixa de ter valor para alguém que trilha rumos tão obscuros e que se associa com tão poucas pessoas, todas as quais o admiram incondicional e acriticamente. A única coisa que me magoou foi outro mal-entendido em sua carta: o de você ter ligado minha exclamação “Mas você está minando todo o valor de meu trabalho!” com minha terapia. Nesse contexto, eu realmente não estava pensando em encobrir falhas! Estava lamentando perder minha “única plateia”, como a denominou nosso Nestroy (MASSON, 1986, p. 16; 89; 451).

A instância do *escritor* também atravessa o processo enunciativo das cartas privadas de Freud, assim como as outras duas instâncias. Por essa razão, constatamos que tais missivas demonstram o possível funcionamento da instância do *escritor*, isto é, a emergência da trajetória do autor na instituição científica, em que visa constituir e legitimar seu posicionamento psicanalítico no campo científico europeu do final do século XIX e início do século XX. Paradoxalmente, ao lermos e analisarmos suas epístolas, o posicionamento também legitima e constitui o funcionamento da instituição científica.

Na carta de 30 de maio de 1893, há o possível funcionamento da instância do *escritor*, pois o autor indica, dentre outros aspectos, as pesquisas de neuroses relacionadas à sexualidade. Por meio da prática discursiva da troca de cartas privadas, Freud consegue apresentar e discutir seus estudos antes de eles serem publicados oficialmente em livros e serem apresentados em congressos. Com tal prática, Freud legitima e constitui seu posicionamento, pois, ao indicar suas investigações em cartas ele pretende, por meio do processo de enunciação e produção delas, se mostrar enquanto pesquisador da área, além de se ver como alguém que engendra descobertas inéditas na comunidade científica em que busca sua inscrição:

Vejo uma boa possibilidade de preencher mais uma lacuna na etiologia sexual das neuroses. Creio compreender as neuroses de angústia das pessoas jovens, presumivelmente virgens, que não foram submetidas a abusos. Analisei dois casos desse tipo; havia um pavor presciente da sexualidade e, por trás dele, coisas que as pessoas tinham visto ou ouvido e entendido mal – portanto, a etiologia é puramente emocional, mas, mesmo assim, de natureza sexual (MASSON, 1986, p. 49).

Em carta de 8 de dezembro de 1895, verificamos o provável funcionamento da instância do *escritor*, pois Freud argumenta acerca da redefinição das neuroses. No processo enunciativo e de produção de tal carta, o autor novamente legitima e constitui seu posicionamento quando afirma ao interlocutor, por meio de sua pesquisa e sua metodologia científica apresentada na carta, que o conflito da histeria ocorre entre o prazer e o desprazer – aqui contrasta a histeria com as ideias obsessivas, como pensava ser anteriormente. Freud visa se legitimar e se constituir enquanto autor da instituição científica em que pretende ter sua inscrição (algo sempre difícil), em que percorre pela prática da troca de cartas privadas. No momento em que legitima seu estatuto de autor, tal estatuto também o legitima a produzir e a apresentar suas investigações por meio da enunciação das cartas:

Será que já lhe escrevi que as ideias obsessivas são invariavelmente *recriminações*, ao passo que, na raiz da histeria, há sempre um *conflito* (prazer sexual, ao lado, possivelmente, de um desprazer concomitante)? Essa é uma nova maneira de expressar a solução clínica. Agora mesmo, tenho alguns belos casos mistos das duas neuroses e espero obter deles revelações mais íntimas sobre o mecanismo essencial envolvido (MASSON, 1986, p. 155, grifos do autor).

Em outra carta de 15 de março de 1898, o possível funcionamento da instância do *escritor* é evidenciado pelo fato de Freud explicar,

por exemplo, a produção do seu livro a respeito da interpretação dos sonhos, cuja publicação aconteceu em 1899, apesar de a obra ser datada de 1900). Suas missivas, enquanto produção do espaço associado, tencionam legitimar as produções do espaço canônico, ao comentá-las nas cartas de seus livros e de seus artigos nos quais divulga as pesquisas.

O espaço associado legitima e constitui seu posicionamento e estatuto de autor e produtor de obras, pois, por meio da prática discursiva da troca de epístolas privadas e das condições sócio-históricas de produção, o autor consegue expor e comentar os estudos inéditos:

Ocorreu-me a ideia de que talvez lhe agradasse ler meu estudo sobre os sonhos, mas que você é discreto demais para pedi-lo. É desnecessário dizer que eu o teria enviado a você antes de mandá-lo para o prelo. Entretanto, já que ele tomou a sofrer uma paralisação, bem posso remetê-lo a você em fragmentos. Eis algumas explicações sobre eles. Este é o segundo capítulo. O primeiro, sobre a literatura, ainda não foi escrito. Será seguido por: 3. O Material Onírico; 4. Sonhos Típicos; 5. Os Processos Psíquicos no Sonho; 6. Os Sonhos e as Neuroses. Voltarei aos dois sonhos aqui descritos em capítulos posteriores, onde será concluída a interpretação ainda incompleta deles (MASSON, 1986, p. 304-305).

A instância do *inscritor*, por sua vez, atravessa o processo enunciativo das epístolas privadas de Freud, assim como as outras duas instâncias que também perpassam mutuamente a instância do *inscritor*. Em tais missivas se encontra a emergência do modo como ele implica a mobilização do gênero “carta privada” com as possíveis cenografias construídas nas/pelas cartas.

Freud se vale, em suas cartas privadas, do entusiasmo, de expressões lúdicas e metafóricas e de referenciações como forma de se posicionar em relação às instâncias do gênero e do texto, ao assumir ser, em certo nível, a expressão eufórica/descontraída e a

referência adequadas ao gênero/texto por meio do qual enuncia, o que caracterizaria a emergência da instância do *inscritor*. Nas cartas de 10 de julho de 1893 e 21 de setembro de 1897, respectivamente, observamos o entusiasmo sobre estudos, parcerias e descobertas científicas, o que garante a legitimação do seu estatuto de autor e pesquisador, pois busca, a partir do seu posicionamento, se afirmar como exímio pesquisador do campo científico:

Em primeiro lugar, espero que você explique o mecanismo fisiológico de minhas descobertas clínicas, através de sua abordagem; em segundo, quero preservar o direito de lhe mostrar todas as minhas teorias e descobertas sobre as neuroses; em terceiro, continuo a encará-lo como o messias que, através de um aperfeiçoamento da técnica, irá solucionar o problema que assinalei [...]. Nosso trabalho sobre a histeria recebeu, afinal, o devido reconhecimento por parte de Janet, em Paris [...]. Se eu estivesse deprimido, confuso e exausto, essas dúvidas certamente teriam que ser interpretadas como sinais de fraqueza. Já que me encontro no estado oposto, preciso reconhecê-las como o resultado de um trabalho intelectual honesto e vigoroso e devo orgulhar-me, depois de ter ido tão a fundo, de ainda ser capaz de tal crítica (MASSON, 1986, p. 51; 266).

Em cartas de 20 de agosto de 1893, 21 de maio de 1894 e 15 de março de 1898, respectivamente, Freud exprime, por meio de expressões lúdicas e metafóricas, acontecimentos do seu cotidiano e dos estudos psicanalíticos, o que novamente caracterizaria a instância do *inscritor*.

Por meio de alusões jocosas como o termo estrangeiro “*tournéé*” para mostrar, em tom de brincadeira, que visitara um amigo e vivenciara um exemplo de psicologia doméstica; com metáforas para se referir à sua mulher e aos seus filhos, como “galinha” e “pintinhos”, no intuito de mostrar a necessidade de escrever missivas; e conforme expressões populares como “cavalo de tálburi”, para mostrar que tem trabalhado com frequência, Freud visa legitimar o posicionamento psicanalítico e o estatuto de autor

e pesquisador no campo científico europeu de sua época. O modo subjetivo como implica a relação entre o gênero carta privada e as possíveis cenografias encenadas em uma espécie de apresentação das produções científicas demonstra que seria possível, pela prática discursiva da troca de cartas e a maneira como enuncia nas cartas, e não de outra forma, a legitimação de suas produções com a apresentação de seus estudos. Além disso, o modo subjetivo de enunciação de suas correspondências o faz se mostrar também enquanto autor, aquele que produz ciência para a comunidade científica, o que pode caracterizar novamente a instância do *inscritor*:

Assim, eis aqui um exemplo de psicologia doméstica: passei os dias 18 e 19 numa *tournée* complicada pelo Monte Rax e ao redor dele, com meu amigo Rie, e estava animadamente sentado, ontem, no novo chalé da montanha, quando, de repente, entrou no aposento uma pessoa completamente ruborizada pelo calor do dia, para quem olhei inicialmente como se fora uma aparição e que, a seguir, tive de reconhecer como minha mulher [...]. Amanhã mandarei a galinha e os cinco pintinhos para Reichenau e, na triste solidão subsequente – minha cunhada Minna, que é minha outra confidente mais próxima, partirá duas semanas depois –, porei mais frequentemente em prática minha decisão de, pelo menos, escrever-lhe [...]. No momento atual, estou simplesmente embotado; durmo em minhas análises vespertinas [...]. Assim, continuo a trabalhar como um cavalo de tálburi, como costumamos dizer em Viena (MASSON, 1986, p. 53; 73; 304).

Freud, nas cartas subsequentes de 20 de agosto de 1893, 21 de setembro de 1897 e 12 de junho de 1900, cita obras de outros autores de diferentes campos discursivos para descrever acontecimentos relacionados à sua pesquisa e vida íntima (caracterização da instância do *inscritor*). Em seu processo enunciativo, o autor legitima as próprias produções canônicas, na tentativa de percorrer um trajeto na instituição científica para obter um estatuto de autor, ao citar,

comentar e criticar outros produtores de obras relevantes em seus campos discursivos (instância do *inscritor* atrelada à do *escritor*). Dessa forma, a troca de cartas com tais nuances visa explicitar, referenciar e legitimar os próprios trabalhos:

No mais, a etiologia das neuroses me persegue por toda parte, tal como a canção de Marlborough acompanha o viajante inglês [...]. Bem, continuando minha carta. Modifico a afirmação de Hamlet, “Estar preparado”, para: estar alegre é tudo! A rigor, eu poderia estar muito descontente [...]. Tudo dependia de a histeria funcionar bem ou não. Agora, posso voltar a ficar sossegado e modesto e continuar a me preocupar e a economizar. Ocorre-me uma historinha de minha coleção: “Rebeca, tire o vestido; você não é mais noiva nenhuma” [...]. Mas, quando leio os livros mais recentes de psicologia (*Analyse der Empfindungen*, de Mach, 2.^a ed., *Aufbau der Seele*, de Kroell, e similares), todos os quais têm uma orientação semelhante à de meu trabalho, e vejo o que eles têm a dizer sobre o sonho, fico realmente satisfeito, como o anãozinho do conto de fadas, porque “a princesa não sabe” (MASSON, 1986, p. 54; 267; 418).

A paratopia de Freud se apresenta como constitutiva e legitimadora do processo produtivo das cartas privadas, assim como estas últimas – enquanto gênero do discurso, espaço associado e prática discursiva do autor – constituem e legitimam o próprio processo produtivo em um movimento paradoxal (MAINGUENEAU, 2012). Vejamos essa possível constituição a seguir.

Em seus estudos, Freud detalhava incessantemente as consequências psicológicas das experiências sexuais primitivas de seus pacientes, algo que não era bem recebido pelos colegas de medicina, psicólogos e pesquisadores mais conservadores, o que o levou a um isolamento (constatação de uma provável emergência de sua paratopia), pois era incompreendido pelos seus pares. Por meio da análise das cartas desse pensador, caracterizamos sua possível paratopia em dois tipos: espacial (“meu lugar não é meu lugar”) e temporal (“meu tempo não é meu tempo”) (MAINGUENEAU,

2012).

Desse modo, Freud, nas cartas de 26 de abril de 1896, 4 de maio de 1896, 11 de março de 1900 e 3 de março de 1901 vistas subsequente e respectivamente, argumenta sobre um caráter insustentável, o isolamento em relação à comunidade científica da época, dentre outras questões. Por meio da enunciação das missivas, ele cria o mundo no qual apresenta sua condição possivelmente paratópica, isto é, com a prática discursiva da troca de cartas e do próprio processo produtivo, expõe quatro aspectos paratópicos: i) isolamento da comunidade científica, tanto por parte de si quanto no tocante aos seus pares; ii) a não aceitação de suas pesquisas pela comunidade científica que as criticou de maneira ferrenha; iii) o trabalho sem parcerias e reconhecimentos (sem um lugar aparente) devido ao isolamento; e iv) as obras legadas ao esquecimento, pois houve poucas citações.

Em outras palavras, Freud manifesta, no processo produtivo das cartas privadas, a impossível e difícil negociação em se inscrever no espaço científico e na sociedade que o circunscrevem, pois pretende abordar uma paratopia que representa paradoxalmente a condição e o produto, ao mesmo tempo, das mesmas missivas:

Dentre todos os conselhos que você me deu, segui à risca o que se referia a meu isolamento [...]. Ainda não estive com Breuer e desisti de reclamar. Uma palestra sobre a etiologia da histeria, feita na Sociedade de Psiquiatria teve uma recepção gélida por parte daqueles imbecis e recebeu uma estranha avaliação de Krafft-Ebing: “Parece um conto de fadas científico.” E isso depois de se ter demonstrado a eles a solução de um problema de mais de mil anos, uma *caput Nili!* Pois que vão para o inferno, para expressá-lo eufemisticamente [...]. Estou trabalhando na psicologia, vigorosamente e na solidão; [...]. Estou tão isolado quanto você desejaria. Alguém deu instruções para que eu fosse abandonado, pois um vazio está-se formando a meu redor. Até aqui, tenho suportado isso com equanimidade [...]. Fui praticamente isolado do mundo exterior; nem uma folha se agitou para revelar que *A Interpretação dos Sonhos* teve

qualquer impacto sobre qualquer pessoa. Só ontem é que um artigo bastante amistoso, no suplemento literário de um jornal, o *Wiener Fremdenblatt*, me apanhou de surpresa [...]. Não farei nenhuma outra tentativa de romper meu isolamento. No mais, este é um período muito sombrio, extraordinariamente sombrio! (MASSON, 1986, p. 184-186; 403-404; 439).

No que concerne às possíveis cenografias construídas nas/pelas correspondências privadas de Freud, notamos uma suposta mescla entre cenografias endógenas que correspondem àquelas mais próximas da rotina genérica de uma epístola privada (tom mais intimista); e exógenas, as quais se encontram distantes de tal rotina (além de uma carta íntima).

Desse modo, após as análises, discorreremos que as possíveis cenografias construídas nas/pelas cartas privadas de Freud legitimam e constituem o processo enunciativo, a prática discursiva e, conseqüentemente, os enunciados, assim como tais fatores legitimam e constituem as cenografias construídas, pois, pelas encenações de relatos de afazeres do cotidiano e da intimidade do autor e das encenações de um debate científico, da apresentação dos resultados de uma pesquisa em um congresso, da problematização desse estudo, da metodologia para a comunidade científica etc., Freud pretende forjar a identidade criadora (estatuto de autor/pesquisador) e legitimar as produções do espaço canônico e associado no campo científico europeu do final do século XIX e início do século XX.

Assim, é possível observar a construção das possíveis cenografias endógenas na carta de 26 de abril de 1896, em virtude da encenação de relatos de afazeres do cotidiano e da intimidade do autor:

Annerl produziu hoje o primeiro dentinho, sem nenhum mal-estar; Mathilde tem passado incomparavelmente melhor desde que foi retirada da escola. Oliver, numa excursão recente na primavera, perguntou, com muita seriedade, porque o cuco está sempre a

gritar seu próprio nome. Espero que R.W. não leve tanto tempo assim para descobrir o segredo da atribuição de nomes (MASSON, 1986, p. 185).

Para as cenografias exógenas, em que percebemos a encenação de um debate científico, da apresentação dos resultados em congressos, da mobilização da metodologia e dos problemas de uma pesquisa etc., temos os seguintes excertos representativos das cartas privadas de Freud de 30 de maio de 1896 e 4 de janeiro de 1898, respectivamente:

Como fruto de algumas reflexões torturantes, envio-lhe a seguinte solução para a etiologia das psiconeuroses, que ainda aguarda confirmação proveniente das análises individuais. É preciso distinguir quatro fases da vida: Ia (Até 4 anos – Pré-consciente); Ib (Até 8 anos – Infantil); A (-); II (Até 14 anos – Pré-púbere); B (-); III (Até X – Maturidade). A e B (de aproximadamente 8 a 10 e 13 a 17 anos) são as fases de transição, durante as quais ocorre o recalçamento, na maioria das vezes. A evocação, em época posterior, de uma lembrança sexual de época anterior produz um excesso de sexualidade na psique, que atua como inibidor do pensamento e confere à lembrança e a suas consequências um caráter obsessivo – impossibilidade de inibição [...]. É de grande interesse para mim o fato de você se sentir tão afetado por minha atitude ainda negativa quanto a sua interpretação do sinistrismo. Tentarei ser objetivo, pois sei quanto isso é difícil. A mim me parece que é assim: abracei literalmente sua ênfase na bissexualidade e considero essa sua ideia a mais significativa para minha matéria desde a da “defesa”. Se eu tivesse má vontade por motivos pessoais, por ser eu mesmo parcialmente neurótico, essa má vontade certamente ter-se-ia voltado contra a bissexualidade, a qual, afinal de contas, responsabilizamos pela tendência ao recalçamento (MASSON, 1986, p. 188; 293).

Também verificamos, após as análises, que as cartas privadas de Freud apresentam um funcionamento regular enquanto prática discursiva, ou seja, como instância enunciativa legitimadora da

identidade discursiva do grupo psicanalista que visava construir, legitimar e constituir no campo científico europeu do final do século XIX e início do século XX. Além disso, a prática discursiva de produção das missivas privadas trocadas especificamente com seu correspondente Fliess, também legítima, no referido campo discursivo, sua identidade criadora e produções dos espaços canônico e associado. Além do gênero do discurso, notamos que as epístolas privadas de Freud funcionam como embreante paratópico, pois ancoram o processo de produção das cartas em suas condições propriamente ditas, isto é, ancoram a situação paratópica criadora do autor nas condições de produção de suas obras.

Lucio Anneo Sêneca

Lúcio Anneo Sêneca foi um dos mais célebres advogados, escritores e intelectuais do Império Romano. Foi também conhecido pelo pensamento filosófico do estoicismo que pretendia negar o epicurismo de alguma maneira.

De acordo com Moura (2015, p. 1), as cartas de Sêneca a Lucílio encenam um solilóquio (em termos de cenografia), ao se preocuparem com o ensinamento filosófico:

As Epsitolae Morales são uma obra do final da vida de Sêneca, escritas ao que tudo indica entre os anos de 62 e 65, após o afastamento do autor das atividades políticas. As cartas aparentemente estão organizadas na ordem que foram escritas (como fica sugerido em diversas passagens, e.g. Ep. 10.1), são dirigidas a um certo Lucílio, que nos é conhecido apenas da obra do filósofo.

De acordo com Segurado e Campos (2004), na “Introdução” do livro compilado com as cartas de Sêneca a Lucílio, há a possibilidade

de conceber as missivas privadas como reais, e não como criação ficcional/literária de Sêneca para apresentar os ideais filosóficos. Há, inclusive, indícios e registros de correspondências privadas do autor com outros destinatários diferentes de Lucílio:

As cartas de Sêneca situam-se, digamos, a meio caminho entre o primeiro e o segundo dos tipos de cartas referidos: são uma correspondência real entre dois amigos em que, na quase totalidade dos casos, são desenvolvidos por Sêneca diversos problemas de índole filosófica. As cartas a Lucílio não foram as únicas que Sêneca escreveu e publicou [...]. Em contrapartida conserva-se uma coleção de cartas pretensamente trocadas entre Sêneca e S. Paulo, decerto devida ao facto de Sêneca ser bastas vezes citado com apreço por diversos Padres da Igreja (SEGURADO E CAMPOS, 2004, p. 10-11).

Em relação ao funcionamento da autoria², a instância da *pessoa* (dados biográficos e questões íntimas do autor que trespasam a enunciação) se caracteriza quando o autor apresenta certa afeição ao seu interlocutor na enunciação das cartas privadas: “Tanto aquilo que me escreves como o que oiço [sic] dizer de ti fazem-me ter boas esperanças a teu respeito” (SÊNECA, 2004, p. 3). Ademais, mostra também como agiria em certas ocasiões: “É isso o que eu mesmo faço: de muita coisa que li retenho uma certa máxima” (*ibidem*, p. 4).

Sêneca também demonstra em suas cartas privadas, por exemplo, a relação de amizade com Lucílio e o que faz no cotidiano (possível caracterização da instância da *pessoa*):

Ameaças cortar relações comigo se não te der parte de todas as minhas acções diárias. Ora vê com que franqueza eu te abro a minha vida, se até isto te vou confessar: ando a escutar as lições de um filósofo, já há cinco dias que frequento a sua escola onde assisto

² Sabemos que a noção de autoria e a problematização ainda não eram pensadas na época de Sêneca (final do Século I); todavia, o conceito proposto por Maingueneau (2012) é produtivo e funciona pertinentemente nos textos do referido autor da Antiguidade.

desde as duas horas da tarde às suas prelecções! (SÊNECA, 2004, p. 310-311).

O autor romano também aborda, por exemplo, sua velhice e despesas (o que caracterizaria também a instância da *pessoa*):

Para onde quer que me vire, vejo indícios da minha velhice. Tinha ido à minha quinta nos arredores e queixava-me das despesas a fazer com uma casa em ruínas. O feitor diz-me que o mal não está em falta de cuidados seus, simplesmente a casa é velha. Ora esta casa cresceu entre as minhas mãos: como não estarei eu, se tão podres estão estas pedras da minha idade? Irritado, aproveito a primeira ocasião para me zangar com o homem (SÊNECA, 2004, p. 33).

Atrelada à instância da *pessoa*, nas cartas de Sêneca se insere a do *escritor* (ator que define uma trajetória na instituição literária). No processo enunciativo de suas cartas, ele visa legitimar e constituir o estoicismo no campo filosófico romano do final do século I. Segundo sua filosofia, o que é necessário e suficiente representa o correto, o justo, a moral: a comida, por exemplo, é a única coisa necessária e suficiente para saciar a fome, não importa se ela for apanhada do pé de uma árvore, servida em louças de prata e ouro etc.

Com a prática discursiva da troca de cartas privadas, Sêneca consegue apresentar e discutir sobre o estoicismo. Com isso, ele legitima e constitui seu posicionamento, pois, ao descrever a filosofia estoica nas missivas ele pretende, por meio do processo de enunciação e de produção delas, se mostrar enquanto filósofo e como alguém que engendra um pensamento filosófico inédito na comunidade filosófica em que busca a própria inscrição, o que caracterizaria a instância do *escritor*.

Por exemplo, o autor defende, em uma carta privada a Lucílio, a necessidade e a suficiência de haver quantidades mínimas de livros (somente aqueles estritamente necessários), ler poucos pensadores

(apenas os de confiança e mais relevantes) e retomar as leituras realizadas, pois a justa medida não é o exagero das coisas ou a sua dispersão, mas o uso eficiente e a concentração (somente aquilo que basta de fato). Dessa forma, ele visa se legitimar e se constituir enquanto autor da instituição filosófica em que pretende ter sua inscrição (algo sempre difícil), ao percorrer pela prática da troca de missivas privadas que legitima seu estatuto de autor/filósofo e vice-versa, em se tratando de produzir e apresentar a própria filosofia por meio da enunciação das correspondências, com a possibilidade de caracterizar novamente a instância do *escritor*. Tais aspectos podem ser observados neste excerto da carta privada:

Toma, porém, atenção, não vá essa tua leitura de inúmeros autores e de volumes de toda a espécie [...]. Importa que te fixes em determinados pensadores [...] se na verdade queres que alguma coisa permaneça definitivamente no teu espírito. Estar em todo o lado é o mesmo que não estar em parte alguma! [...] Demasiada abundância de livros é fonte de dispersão (SÊNECA, 2004, p. 3).

Em outra carta privada, por exemplo, Sêneca reflete que, para o posicionamento de sua escola (estoicismo), o sábio sente e sabe dominar o sofrimento, ao passo que, para o epicurismo (posicionamento concorrente e dominante à época), pensado também a partir do próprio posicionamento estoico, nada sente em termos de sofrimento, vícios etc. No entanto, paradoxalmente, apesar de concordar acerca de pontos em comum entre o estoicismo e o epicurismo, como o fato de o sábio se bastar a si próprio, Sêneca está convicto de que tal situação, em seu posicionamento, funciona de modo diferente em relação ao funcionamento do posicionamento epicurista, o que se reverbera na prática discursiva da troca epistolar que também evidencia a emergência da instância do *escritor*. Assim, o autor romano escreve, em uma epístola privada, que:

A diferença entre a nossa escola e a deles é que o sábio, na nossa concepção, embora o sinta, domina todo o sofrimento, na deles, nem sequer o sente. Entre nós e eles existe um ponto comum: o sábio contenta-se consigo próprio. Tal não implica que, embora se baste a si próprio, ele não deseje ter um amigo, um vizinho, um companheiro. E até que ponto se contenta consigo mesmo mostra-o o facto de, por vezes, se contentar com uma parte de si (SÊNECA, 2004, p. 22).

Sêneca, ao ponderar frente a Lucílio seu posicionamento estoico, afirma em uma carta privada que o único bem moral e a única virtude intrínsecas ao homem se referem à razão, a qual o difere dos outros seres. Suas epístolas, enquanto produção do espaço associado, tencionam legitimar as produções do espaço canônico, ao comentá-las como o fez com os livros, os diálogos e os ensaios produzidos, a exemplo de “Naturales quaestiones”, de 1971 e 1989, “Sobre a tranquilidade da alma; sobre o ócio”, de 1994, “Sobre a brevidade da vida”, de 1993, “Moral Essays”, de 1989, 1990 e 1994 etc. Nesse sentido, o espaço associado legitima e constitui seu posicionamento e estatuto de autor, filósofo e produtor de obras, pois, por meio da prática discursiva da troca de cartas privadas e das condições sócio-históricas de produção que legitimam sua enunciação, Sêneca expõe e comenta seus pensamentos filosóficos (outra possível evidência de caracterização da instância do *escritor*), como visto na seguinte correspondência:

À razão perfeita chamamos a virtude, a qual é também o bem moral. Por isso o único bem para o homem é aquele que é específico do homem; neste momento não estamos investigando o que seja o bem, mas sim em que consiste o bem próprio do homem. Se nenhum outro bem é exclusivo do homem além da razão, então a razão será o seu único bem, embora venha combinada com as demais qualidades (SÊNECA, 2004, p. 314).

Da mesma forma e atrelada às duas outras instâncias, há a

emergência da instância do *inscritor* que implica uma relação subjetiva do escritor com o gênero do discurso mobilizado por ele e a cenografia construída no/pelo texto. Sêneca se vale de máximas como uma forma de se posicionar em relação às instâncias do gênero e do texto ao assumir, em certo grau, que apresentação dessas máximas é adequada ao gênero/texto por meio do qual enuncia de fato. Isso garantiria a legitimação do seu estatuto de autor e filósofo, pois ele busca, com a mobilização das máximas e a partir do seu posicionamento, se (a)firmar como exímio pensador do campo filosófico.

A seguir, excertos de algumas cartas privadas do autor indicam a regularidade da apresentação de máximas, o que pode caracterizar a instância do *inscritor*: “A minha máxima de hoje encontrei em Epicuro [...]. Diz ele: ‘É um bem desejável conservar a alegria em plena pobreza’” (SÊNECA, 2004, p. 4); “Para finalizar esta carta, aqui te deixo uma máxima que li hoje [...]: ‘uma verdadeira riqueza é a pobreza conforme à lei natural’” (*ibidem*, p. 9); “Conforme dizia o nosso Átalo, ‘a maldade bebe ela mesma a maior parte do seu veneno!’” (*ibidem*, p. 356); “Conforme diz Posidônio, ‘um único dia da vida de um sábio é mais rico do que a existência interminável de um ignorante’” (*ibidem*, p. 337).

No que tange à possível constituição da paratopia de Sêneca, que também se une às três instâncias constitutivas do funcionamento da autoria, o autor, em suas cartas privadas, legitima o posicionamento estoico, ou seja, pois pretende constituir sua filosofia no campo filosófico romano do final do século I. Todavia, a negociação é sempre difícil e impossível entre o espaço filosófico e a sociedade que o circunscreve nesse contexto e, apesar da necessidade de negar o epicurismo – posicionamento dominante no campo filosófico romano da época –, para legitimar seu posicionamento estoico, Sêneca precisa contraditoriamente se valer de máximas do próprio epicurismo. Eis, então, a sua provável paratopia: a própria

contradição.

Sêneca emprega os pressupostos de Epicuro para defender o próprio posicionamento: a ideia de se contentar apenas com o necessário e suficiente. Nesse sentido, a enunciação das cartas privadas de Sêneca se legitima e se constitui pela possível paratopia também constituída, ou seja, pelo caráter insustentável/insuficiente do autor, pois, na negociação entre a sociedade e o espaço filosófico em que busca sua inscrição, ele utiliza subterfúgios para explicar a pequena contradição (marca provável da paratopia).

Por meio da enunciação das cartas, o autor cria o mundo ao qual apresenta uma possível condição paratópica, ou seja, Sêneca expõe desculpas e contradições pela prática discursiva da troca de cartas e do próprio processo produtivo. Eis o excerto de uma carta privada desse pensador, em que se observam o provável funcionamento e a emergência da constituição da paratopia: “A minha máxima de hoje encontrei em Epicuro (é um hábito percorrer os acampamentos alheios, não como desertor, mas sim como batedor!). Diz ele: É um bem desejável conservar a alegria em plena pobreza” (SÊNECA, 2004, p. 4).

Em outra carta privada, notamos caracterizações da constituição de sua paratopia:

Tenho andado a respingar Epicuro, e dele li hoje esta frase: “Deves ser servo da filosofia se pretendes obter a verdadeira liberdade” [...]. Talvez me queiras perguntar por que razão te cito eu tantas belas máximas de Epicuro, em vez de as extrair dos nossos autores. Por que motivo, porém, deveremos considerá-las de Epicuro, e não propriamente de todos? (SÊNECA, 2004, p. 20).

Sêneca ainda indica outra provável constituição de sua paratopia na seguinte missiva:

Dirás tu: “Essa frase é de Epicuro; para quê recorrer à propriedade

alheia?” Tudo quanto é verdade, pertence-me. E vou continuar a citar-te Epicuro para que todos quantos juram pelas palavras e se interessam, não pela ideia, mas pelo seu autor, fiquem sabendo que as ideias correctas são pertença de todos (SÊNECA, 2004, p. 37).

O autor romano reflete sobre a incompreensão pela maioria da população de Nápoles, por ser um filósofo e preferir se dedicar à filosofia do que ir a teatros, jogos, concertos etc., prática que, segundo ele, não formam o verdadeiro homem de bem. No processo produtivo e enunciativo da carta privada descrita a seguir, por exemplo, Sêneca também argumenta acerca de sua paratopia, seu carácter insustentável em relação à sociedade onde ele se inscreve e que o menospreza, como ele mesmo afirma na sequência. Logo, por meio da enunciação das cartas, pretende criar o mundo pelo qual apresentar sua condição paratópica, ou seja, pela prática discursiva da troca de cartas e do próprio processo produtivo, expõe a incompreensão sofrida por parte da sociedade na qual se inscreve. Nessa carta privada, temos os seguintes argumentos:

De resto, sempre que entro na escola, sinto vergonha da espécie humana. Como sabes, para chegar à casa de Metronacte, é preciso passar à beira do teatro de Nápoles. O teatro está cheio, e é com todo o calor que o público se pronuncia sobre o talento dos flautistas; qualquer trompista grego, qualquer arauto tem sempre assistência. Em contrapartida, na casa onde se investiga o que é um homem de bem, em que se aprende a ser homem de bem... apenas meia-dúzia de assistentes! E mesmo esses dão ao comum dos mortais a impressão de não terem nada de importante a fazer: imbecis e preguiçosos, é como lhes chamam! Quanto a mim, podem troçar à vontade; há que ouvir com serenidade os insultos da gente inculta, pois quem segue a via da moral só pode sentir menosprezo pelo menosprezo em que é tido[...] (SÊNECA, 2004, p. 311-312).

Por seu turno, a construção das cenografias possíveis das cartas privadas de Sêneca se apresenta como exógena na maioria dos

casos, ao se distanciar da rotina genérica do gênero do discurso ao qual está mobilizado (MAINGUENEAU, 2008a). Nessa perspectiva, as missivas privadas de Sêneca encenam várias situações que vão além de uma correspondência íntima, como guias práticos para a frugalidade, debates filosóficos, aulas (tom professoral), aconselhamentos morais enquanto tutores de pupilos, mestres que ensinam os discípulos etc.

A partir das análises, as cenografias construídas nas/pelas cartas privadas de Sêneca legitimam e constituem o processo enunciativo, a prática discursiva e, conseqüentemente, os enunciados, assim como tais fatores legitimam e constituem as cenografias construídas. Pelas possíveis encenações supracitadas, Sêneca visa construir sua identidade criadora (estatuto de autor/filósofo) e legitimar suas produções dos espaços canônico e associado no campo filosófico romano do final do século I.

Eis alguns excertos de duas cartas privadas de Sêneca a Lucílio como exemplos que podem evidenciar as construções das cenografias supracitadas:

Para quê preocupar-te com as palavras? Dá-te por satisfeito se estiveres à altura dos teus deveres. Quando aprenderás as grandes lições da filosofia? Quando interiorizarás a lição aprendida de modo tal que nunca mais esqueças? Quando porás à prova a teoria? Na filosofia não basta, como é o caso nas outras ciências, confiar na memória, devemos pô-la à prova através da acção. Para ser feliz não basta conhecer a teoria, há que pô-la em prática [...]. Continua, Lucíolo, esforça-te por que não te suceda o mesmo que a mim: começar os estudos na velhice. E esforça-te tanto mais quanto enveredaste por um estudo que dificilmente chegarás a dominar mesmo na velhice. “Até que ponto poderei progredir?” – perguntas-me. Até ao ponto onde chegarem os teus esforços. De que estás à espera? O saber não se obtém por obra do acaso. O dinheiro pode cair-te em sorte, as honras serem-te oferecidas, os favores e os altos cargos poderão talvez acumular-se sobre ti: a virtude, essa, não virá ter contigo! (SÊNECA, 2004, p. 307; 312).

Moura (2015), de certo modo, corrobora nossa análise em relação às cenografias construídas nas/pelas cartas privadas de Sêneca. O autor salienta que, nas cartas privadas, há um mestre que ensina e guia seu discípulo ao invés de apenas dois amigos que trocam confidências particulares sobre as vidas privadas:

As Cartas apresentam-se desde o início como uma forma de aconselhamento moral (a Ep. 1.4 já contém o verbo *praecipio*, “prescrevo”, “recomendo”, “ensino”). As numerosas objeções e perguntas atribuídas a Lucílio pelo próprio Sêneca colocam aquele no papel de pupilo ainda em dúvida quanto à importância da filosofia, e este no papel de professor (e.g. a Carta 89 é uma exposição dos diversos ramos da filosofia, supostamente a pedido de Lucílio). Vários tópicos específicos de filosofia são apresentados enquanto resposta a um questionamento do destinatário e, em diversas ocasiões no decorrer das *Epistulae*, Sêneca sugere que Lucílio ainda não conseguiu se livrar das ocupações mundanas para se entregar por inteiro à busca da virtude, objetivo de que o filósofo o lembra constantemente. Ensinar o outro por vezes assume um papel de tão grande destaque, que se torna praticamente a justificativa de todo conhecimento (Ep. 6.4) (MOURA, 2015, p. 3).

Em relação às análises das cartas privadas de Sêneca, reconhecemos o postulado de Maingueneau (2012), para quem o texto é uma forma de gestão do contexto. Nesse sentido, as restrições sócio-históricas desse tipo de missiva escrita por um autor consagrado do campo filosófico se mostram fortes; logo, não é possível concebê-las, em certo nível, como um hipergênero, mas sim como um gênero do discurso.

Mais do que isso, ao considerá-las um espaço enunciativo em que as três instâncias constitutivas do funcionamento da autoria se imbricam, constituem a paratopia criadora do autor e legitimam as construções das cenografias específicas, há a possibilidade de conceber as cartas privadas como um embreante paratópico.

John Wesley

Após a reforma calvinista surgiram variadas correntes cristãs na Europa para estudar e pregar o cristianismo de uma maneira diferente daquela imposta pelo catolicismo, o qual era um posicionamento discursivo dominante da época. John Wesley, como clérigo anglicano e teólogo cristão britânico, se tornou líder precursor do movimento metodista, sociedade religiosa cristã que visava instituir, no campo religioso inglês do século XVIII, um posicionamento cristão diferente do das Igrejas Católicas, da Inglaterra (ou Igreja Anglicana) e dos morávios. John Wesley, por se originar *a priori* da Igreja Anglicana se torna, *a posteriori*, um reformador, por iniciar uma obra de regeneração e ser o principal líder e autor do movimento metodista.

Segundo Potts (1991, p. 4), quando era estudante na Universidade de Oxford, o nome “metodista” surgiu para John Wesley, ao se tornar líder do grupo denominado *Holy Club*, sociedade pertencente à Igreja da Inglaterra e que seguia métodos bastante rigorosos para uma vida santificada. O nome “metodista” surgiu como “zombaria” criada por outros membros da Igreja Anglicana que desmereciam o clube de John Wesley devido à rigidez de seu método.

De acordo com o autor, após uma reunião com a sociedade anglicana em 24 de maio de 1738, em Londres – depois de ter retornado da Georgia (então colônia da Inglaterra) em missão evangelizadora –, John Wesley resolveu deixar a sociedade, devido a alguns problemas com ela. A partir dessa data e durante 53 anos de trabalho evangelizador em orações, pregações, escritas etc., John Wesley liderou o “movimento que veio a se tornar a Igreja Metodista” (POTTS, 1991, p. 5).

Para o historiador Rattembury (1928, p. 53), John Wesley modificou o curso da história inglesa, o que corrobora a ideia de

ser um autor consagrado do campo religioso inglês do século XVIII, passível de ter suas produções estudadas e analisadas, a exemplo das cartas privadas:

Há na verdade, pouca dúvida, de que o cidadão inglês do século dezoito, de maior importância para o mundo não era um político nem poeta, nem soldado ou marinheiro, mas o pequeno itinerante a cavalo – o Grande Cavaleiro, como eu o chamaria – que ainda está cavalgando para novas conquistas³.

No que concerne ao provável funcionamento da instância da *pessoa*, denominado por Maingueneau (2012) como dados biográficos e aspectos íntimos do autor que atravessam a enunciação, John Wesley, em uma missiva privada para sua mãe de 23 de setembro de 1723, aborda sua vida na cidade (e na Universidade) de Oxford, como questões de aluguel, varíola e febre alastradas no referido município, um problema em seu nariz, dentre outras situações de cunho pessoal e que caracterizariam a emergência da instância da *pessoa*. Eis um excerto dessa carta privada:

Eu ouvi ultimamente de meu irmão, que, então, prometeu-me que pediria ao Sr. Sherman para me deixar o aluguel de seu quarto, e alocação do trimestre, pelo que, juntamente com 5 libras e 11 cents, da Charterhouse no Michaelmas Day, eu espero estar muito próximo de não dever mais em lugar algum. A varíola e febre são agora muito comuns em Oxford; da segunda, um jovem cavalheiro, muito sincero de nosso Colégio, morreu ontem, estando no quinto dia do início de sua enfermidade. Não existe algum outro doente na Universidade no momento, e é esperado que a aproximação do inverno irá parar a propagação da doença. Estou muito feliz em saber que todos em casa estão bem; como estou, eu agradeço a Deus, no momento, sendo raramente incomodado com nada, a não ser o sangramento no nariz, o que eu tenho com frequência. Há pouco

³ Tradução nossa do original em inglês: “*There is indeed little doubt that the eighteenth-century English citizen of greatest importance to the world was neither a politician nor a poet, nor a soldier or a sailor, but the little itinerant on horseback – the Great Rider, as I would call him – who is still riding to new achievements*” (RATTEMBURY, 1928, p. 53).

tempo, ele sangrou tão violentamente quando eu estava andando à noite uma ou duas milhas de Oxford, que quase me engasguei; nem qualquer método que eu poderia usar, afinal, o diminuiu, até que eu me despi e saltei no rio, que felizmente não estava longe (BELLA, 2018, página de *epub Kindle*).

John Wesley também cita, em suas cartas privadas, o cotidiano de pregações e evangelizações. A seguir, temos alguns fragmentos da carta privada de 16 de março de 1739 escrita por John Wesley para seu amigo Whitefield (também um evangelizador), na qual o autor se refere a ocupações diárias. Observamos, por exemplo, a possível emergência da instância da *pessoa* interligada fortemente à do *escritor*, pois, ao apresentar o seu dia a dia a Whitefield, Wesley cita seu trabalho enquanto evangelizador e pregador – tal gesto legitima um posicionamento metodista daquele que trabalha incessantemente fora das paróquias e das igrejas em nome de Deus e por meio apenas da fé e das sagradas escrituras:

Na terça-feira, dia 8 do corrente, nós tomamos o desjejum na casa do Sr. Score, Oxford, que está pacientemente esperando pela salvação da parte de Deus. De lá, fomos até a Sra. Campton, que tem um coração de pedra, e reconhece que ela não deve estar envergonhada [...]. Das cinco às seis horas, nós estávamos confirmando os irmãos. Às seis horas, eu expus na casa da sra. Ford; como eu pretendia fazer na casa da sra. Compton, às sete [...]; e o resultado disto foi que, em vez de partir de Londres (como eu designara) na sexta-feira de manhã, eu partiria para Dummer, não havendo pessoa alguma para suprir aquela igreja no domingo. Na sexta-feira, portanto, eu parti, e vim, à noite para Reading, onde eu encontrei um jovem, Cennick, de nome, forte na fé de nosso Senhor Jesus [...]. Nós viemos para Dummer, à tarde [...]. No domingo de manhã, nós tivemos uma larga e atenta congregação. À noite, a sala em Basingstoke estava cheia e minha boca estava aberta [...]. Na segunda-feira, a sra. Cleminger, com dor e medo, nós oramos e nosso Senhor trouxe paz. Por volta do meio-dia, passamos uma hora ou duas em conferência e oração com a srta. Molly; e, então, partimos em uma gloriosa tempestade, mas, até mesmo eu, tive calma nela (GREEN, 2005, p. 173-175).

O autor inglês também exprime, por exemplo, a aflição para com a sua mãe, ao se queixar de um amor maternal pouco deliberado por ela, em virtude de razões julgadas pelo autor como injustas, o que caracterizaria também uma provável emergência da instância da *pessoa*, algo a ser notado na missiva privada de 28 de fevereiro de 1732:

Querida mãe, há apenas um motivo de preocupação que às vezes encontro em seu comportamento para comigo. A senhora realiza os mais nobres préstimos de amor por mim, e, entretanto, culpa a Fonte de onde eles fluem. A senhora disse mais de uma vez que me ama demais e que lutaria para me amar menos. É disso que eu me queixo. A senhora não acha que uma afeição natural é má em si mesma, longe disso. Mas diz que tem apenas um pouco mais de tempo no mundo e, portanto, não deveria ter muito apego por qualquer coisa dele. Muito certo: não por qualquer coisa que pereça com o mundo. Mas eu sou uma dessas coisas? Se a senhora pensa que estou “doente para morrer”, ame-me mais e a senhora orará com mais fervor para que eu seja curado (POTTS, 1991, p. 36).

Nas cartas de Wesley, atrelada à emergência da instância da *pessoa* está a do *escritor* que, segundo Maingueneau (2012), designa um ator que define uma trajetória na instituição literária. Tais missivas, nesse contexto, legitimam e constituem o posicionamento metodista no campo religioso inglês do século XVIII.

Segundo a doutrina metodista desse autor e apresentada em suas cartas, apenas a fé e as sagradas escrituras são verdadeiramente suficientes para compreender e chegar a Deus, congregá-lo, aceitá-lo e amá-lo incondicionalmente, sem a necessidade de mediadores, como os santos e as imagens mobilizadas pela Igreja Católica, o que caracterizaria a instância do *escritor*.

O metodismo também visava se diferenciar, de acordo com suas cartas, em relação a outros posicionamentos cristãos que surgiram após a reforma protestante, como a Igreja Anglicana e os morávios.

Dessa forma, outro ponto forte da prática social e discursiva dos metodistas é o engajamento no tocante à assistência e à ação social, o que pode caracterizar a emergência da instância do *escritor*.

Nesse prisma, em uma carta privada a um membro da Igreja Metodista, Samuel, em 30 de outubro de 1738, John Wesley salienta acerca do que era ser um verdadeiro cristão segundo sua doutrina, diferentemente da ideia difundida por católicos, anglicanos, protestantes e morávios. Para o autor inglês, ser cristão é ter fé em Cristo por meio da graça de Deus; logo, com a prática discursiva da troca de correspondências privadas, ele apresenta e discute sua doutrina, além de legitimar e constituir o próprio posicionamento. Ao descrever a doutrina em cartas, pretende se mostrar enquanto evangelizador legítimo via processo de enunciação e de produção delas, além de se mostrar como alguém que engendra pregações autorizadas na comunidade religiosa para buscar a própria inscrição.

Na sequência, há um fragmento da referida carta privada, que pode caracterizar também a emergência da instância do *escritor*:

A respeito de meu próprio caráter, e também de minha doutrina, eu responderei com muita franqueza. O cristão, como eu o entendo, é aquele que crê em Cristo tão intensamente que o pecado não tem mais domínio sobre ele; e é nesse sentido claro da palavra que eu não era um cristão até o dia 24 de maio do ano passado [...]; mas, com certeza, daquele momento até agora isso não mais acontece – tal é a graça ilimitada de Deus em Cristo [...]. Se você me perguntar de que modo me libertei (embora não perfeito, nem infalivelmente seguro de minha perseverança), eu responderei, “Pela fé em Cristo; por uma fé de tal qualidade e grau como jamais senti até aquele dia” (POTTS, 1991, p. 7-8).

Em duas cartas privadas de 28 de dezembro de 1770 e 27 de janeiro de 1767, respectivamente para Joseph Benson e seu irmão, Charles Wesley, John justifica dois aspectos religiosos relativos ao seu posicionamento, os quais caracterizariam a emergência

da instância do *escritor*: i) a fé em Cristo é a única forma de se justificar como cristão; e ii) é possível chegar a uma perfeição cristã segundo os princípios metodistas e por meio da reflexão sobre o assunto, o modo e o tempo. Esses elementos reforçam e legitimam seu posicionamento discursivo na enunciação das cartas, como notamos nos trechos abaixo:

Pode alguém ser justificado a não ser pela fé? Ninguém pode. Portanto você é um crente; você tem fé em Cristo; conhece o Senhor e pode dizer, “Meu Senhor e meu Deus”. E quem negar isto pode também negar que o sol brilha ao meio-dia [...]. Eu estava pensando na Perfeição Cristã, considerando o assunto, o modo e o tempo. 1. Por perfeição eu quero dizer o humilde, gentil, paciente amor de Deus e do homem governando todos os temperamentos, palavras e ações, todo o coração por toda a vida [...]. 2. A respeito do modo. Creio que esta perfeição é formada na alma pela fé, por um simples ato de fé, conseqüentemente em um instante. Mas, creio em um trabalho gradual tanto precedendo como seguindo esse instante [...]. 3. A respeito do tempo. Creio que este instante é geralmente o momento da morte, o momento antes da alma deixar o corpo. Mas, creio que possa ser dez, vinte, ou quarenta anos antes da morte (POTTS, 1991, p. 8; 31-32).

John Wesley, ao argumentar para James Hervey sobre seu posicionamento metodista (outro indício de possível caracterização da emergência da instância do *escritor*), na carta privada de 20 de março de 1739, explana que, para um metodista, não há a necessidade de um lugar específico às pregações e evangelizações, como igrejas, púlpitos, paróquias etc., pois o metodista verdadeiro prega e evangeliza em qualquer lugar – seja no campo, em minas de carvão, do lado de fora das igrejas etc.

Levar a palavra de Deus por meio das Sagradas Escrituras para qualquer ambiente, no entanto, também ocorre porque os líderes da Igreja Anglicana onde se formou Wesley começaram a negar e a proibir as pregações e evangelizações do autor, bem como de

outros membros da sociedade metodista em suas igrejas, paróquias e púlpitos. Tal situação confirma a possível emergência da instância do *escritor*:

Permita-me agora falar a respeito dos meus princípios concernentes a este assunto. Eu vejo todo o mundo como minha paróquia; desse modo eu acho, que em qualquer parte dele em que eu estiver, julgo correto, próprio e meu sagrado dever proclamar, para todo os que quiserem ouvir, as alegres novas da salvação [...]; e, como tal, sou usado de acordo com a clara direção de Sua palavra: “quando tiver oportunidade, fazer o bem a todos os homens”. E Sua providência concorda claramente com Sua palavra, que tem me livrado de todas as outras coisas para que possa simplesmente fazer só isso, andar “por toda a parte fazendo o bem” (POTTS, 1991, p. 9-10).

Em outras cartas privadas, John Wesley pretende legitimar e constituir seu posicionamento metodista na instituição religiosa da Inglaterra do século XVIII, a exemplo das duas cartas de 29 de março de 1760 e 29 de junho de 1767 à Sra. March, em que podemos notar a possível caracterização da instância do *escritor*: i) a única forma de comunicação direta com Deus ocorre por meio da oração, sem uma necessidade de mediadores como os anjos, santos, imagens etc., cujas práticas eram mobilizadas pelo posicionamento católico ainda dominante na época, como dito anteriormente; e ii) o único caminho para a salvação e o bem viver é Deus e nada mais.

Wesley visa, em suas correspondências, se legitimar e se constituir enquanto autor/evangelizador da instituição religiosa, além de uma inscrição sempre complicada percorrer, dentre outras maneiras, pela prática da troca de cartas privadas, o que legitima seu estatuto de autor/evangelizador – ao mesmo tempo, tal estatuto também parece legitimá-lo a produzir e a apresentar sua doutrina por meio da enunciação das seguintes missivas:

A oração é certamente o grande meio de nos achegarmos mais

perto de Deus; todos os outros são úteis a nós desde que sejam usados juntos ou nos preparem para isso [...]. Você resolveu ser uma cristã seguidora da Bíblia; e isso, pela graça de Deus, não em alguns, mas em todos os pontos. Continue no nome de Deus e na força de Seu poder. Todavia ponha seus olhos em uma só coisa; fixe num só ponto; retenha e aumente sua comunhão com Deus! Você não tem nada mais a fazer (POTTS, 1991, p. 11-13).

Na carta privada de 25 de junho de 1771, John Wesley, com base na doutrina metodista legitimadora do próprio posicionamento discursivo – o que caracteriza a emergência da instância do *escritor* –, pretende auxiliar Sra. March quando a apresenta aos ensinamentos dos vários graus de comunhão com Deus. Suas correspondências, enquanto produção do próprio espaço associado, têm o intuito de legitimar as obras do espaço canônico, ao comentá-las de uma maneira específica, como o livro “Sermões” de 1999 e 2011. Conforme a análise das missivas, notamos que o espaço associado legitima e constitui seu posicionamento e estatuto de autor, evangelizador e produtor de obras, pois, com a prática discursiva da troca de epístolas privadas e das condições sociais e históricas de produção que legitimam sua enunciação, Wesley consegue expor e comentar a doutrina metodista:

Indubitavelmente há vários tipos e vários graus de comunhão com Deus. Não podemos nos limitar a apenas um; pode incluir o exercício de todas as emoções, ou separadamente ou em várias combinações; e pode percorrer todos os nossos afazeres externos. A oração mais desejável é aquela que nos leva a abrir nossa alma e falar livremente com Deus. Mas não apenas isto é aceitável a Ele [...]. Tenha cuidado para não pensar que este é um trabalho perdido. Deus opera muito nos corações mesmo nessas ocasiões (POTTS, 1991, p. 13).

Atrelada a outras duas instâncias existe a do *inscritor* que, de acordo com Maingueneau (2012), implica uma relação subjetiva do escritor com o gênero do discurso mobilizado por ele e a cenografia

construída no/pelo texto. Nas correspondências privadas, John Wesley utiliza aconselhamentos e orientações aos seus fiéis da comunidade metodista como forma de se posicionar no que tange às instâncias do gênero e do texto em que assume, em certo nível, a recomendação de atitudes e a proposição de caminhos para chegar a Deus, sempre em um tom imperativo e adequadas ao gênero/texto por meio do qual enuncia de fato. Isso garante a legitimação do estatuto de autor e evangelizador, pois, com a mobilização dos conselhos e orientações e a partir do seu posicionamento, objetiva se afirmar como exímio pregador do campo religioso.

A seguir, apresentamos excertos de algumas cartas privadas do autor para salientar a regularidade ao aconselhar, orientar, recomendar e percorrer caminhos, iniciativas que caracterizariam a emergência da instância do *inscritor*. Os excertos a seguir se referem, respectivamente, a missivas de 28 de dezembro de 1770, 17 de maio de 1766, março de 1773, 29 de março de 1760, 29 de junho de 1767 e 1º de julho de 1789:

Num ponto eu recomendo que você seja firme e não permita que nem homens ou demônios o arranquem de sua vida [...]. Seus pecados estão perdoados! Não lance fora essa segurança que tem grande recompensa de galardão [...]. Alimente-a com todas as suas forças! Reavive continuamente o dom de Deus que tem em si, não apenas ouvindo constantemente a Sua palavra em todas as oportunidades, mas também lendo, meditando e, acima de tudo, orando em particular. Embora às vezes isso possa parecer uma cruz penosa, assim mesmo leve sua cruz, e ela a levará [...]. Eu quero que a senhora seja semelhante a Ele em tudo [...]. Querido George – Chegou a hora de você embarcar para a América. Você deve ir até Bristol, onde se encontrará com Thomas Rankin, o Capitão Webb e sua esposa [...]. Proclame abertamente a sua mensagem e faça todo o bem que puder [...]. Lembre-se do seu chamado; seja uma simples seguidora do Cordeiro, e inofensiva como uma criancinha [...]. Não, fique firme, andando em todas as situações como Cristo também andou [...]. Continue no nome de Deus e na força de Seu

poder [...]. E permita-me dar-lhe mais um conselho (antigamente você dava valor aos meus conselhos) – deixe de lado as disputas. Tire seus pensamentos, tanto quanto possível, de todos os pontos controversos. Você só deve prestar atenção a um ponto – Emanuel, Deus conosco; deve se fixar em um único ponto – Cristo em nós, a esperança da glória! (POTTS, 1991, p. 8-10; 12; 25-26).

No que concerne à constituição da paratopia de John Wesley, ou seja, à impossível negociação entre o lugar e o não lugar atrelada às três instâncias constitutivas do funcionamento da autoria, o autor, por meio da prática discursiva da troca de missivas privadas, visa legitimar e constituir o posicionamento metodista, ou seja, legítima e constitui sua religião no campo religioso inglês do século XVIII; no entanto, a negociação é sempre difícil/impossível entre o espaço religioso e a sociedade que o circunscrevem. John Wesley não se encontrava na fé cristã da Igreja Anglicana (sua formação inicial), tampouco na Igreja Católica ou entre os morávios – esses lugares não eram seus, o que indica uma provável caracterização da paratopia. De acordo com Potts (1991, p. 4), Wesley “falou sobre essa experiência na qual, ao ir para a Georgia a fim de converter os índios, descobriu que ele próprio jamais havia se convertido”.

Ademais, a constituição da paratopia ocorre pela oposição sofrida na Igreja Anglicana, em que haviam oponentes, caluniadores e perturbadores que pretendiam o expulsar de tal comunidade discursiva. John Wesley foi proibido de pregar e evangelizar nas paróquias e púlpitos da Igreja Anglicana e da sociedade dos morávios. John Wesley era considerado dissidente (sem lugar e paratópico), devido ao posicionamento cristão que se diferenciava daquele observado em líderes da Igreja da Inglaterra, por exemplo (indício da caracterização de sua paratopia) – daí a necessidade de criar uma a Igreja Metodista.

Desse modo, a enunciação das cartas privadas de John Wesley se legitima e se constitui pela paratopia, isto é, pelo caráter

insustentável/insuficiente do autor, pois, como pudemos observar nas análises das missivas, na negociação entre a sociedade e o espaço religioso em que busca sua inscrição, ele é acometido por conflitos, oposições, incompreensões, brigas, embates e disputas com outros pregadores e evangelistas, sejam eles calvinistas ou membros da própria comunidade. Como exemplo disso, há o excerto de uma correspondência privada encaminhada em 16 de março de 1739 por Wesley para Whitefield, em que engendra o funcionamento e a emergência da constituição da sua paratopia:

Depois de passarmos algum tempo em oração, o sr. Washington veio com o sr. Gibb, e leu diversas passagens do livro do Bispo Patrick, Parábola do Peregrino, para provar que nós estávamos todos, sob ilusão, e que seríamos justificados pela fé e obras. Charles Metcalf opôs-se a ele diretamente, e declarou a simples verdade do evangelho [...]. Entretanto, o sr. Washington e Watson, estavam indo a todas as partes e confirmando a descrença [...]. Às quatro horas, nós os encontramos (sem pretendermos), e nos opusemos a eles novamente [...]. Mas o sr. Washington foi até lá, antes de mim, e havia começado a ler o Bispo Ball, contra o Testemunho do Espírito. Ele me disse que foi autorizado pelo ministro da paróquia a assim proceder. Eu aconselhei a todos que valorizavam suas almas a irem embora [...]. No meio da disputa, a esposa de James Mear começou a sentir dores. Eu orei com ela um pouco, quando o sr. Washington foi embora [...]. Com muita dificuldade, a levamos para a casa da sra. Shrieve (onde também o sr. Washington tinha estado antes de nós) [...]. Mas o inimigo estava muito vigilante. Quase tão logo saímos da cidade, o ministro mandou aviso, ou foi a cada um dos membros, e, tendo discutido e ameaçado, confundiram-nos extremamente, de modo que eles todos se dispersaram amplamente (GREEN, 2005, p. 173-175).

Em outra carta privada de 9 de agosto de 1740, John Wesley discorre que está dividido em termos de ideias e em relação ao posicionamento metodista para com o amigo Whitefield, o que evidencia a emergência da constituição de sua paratopia, ao afirmar

que ambos, naquele momento, tinham opiniões divergentes a respeito da prática metodista:

Existem fanáticos, ambos pela predestinação, e contra ela. Deus envia uma mensagem para aqueles de ambos os lados. Mas ninguém a receberá, exceto de alguém de sua própria opinião. Portanto, por um tempo, você é forçado a ser de uma opinião, e eu de outra (GREEN, 2005, p. 139).

John Wesley, na carta privada de 14 de maio de 1738 para o Reverendo William Law, explica que se sentia desprezado pelo antigo formador, o que evidencia a constituição da paratopia – inclusive, o questiona sobre a própria fé e os conhecimentos relativos ao Evangelho de Cristo:

Se você é nascido de Deus, você aprovará o objetivo, embora possa ser fracamente executado. Se não, eu me angustiarei por você, não por mim mesmo. Porque, como eu não busco o louvor de homens, nem me preocupo com o desprezo quer seu ou algum outro [...]. Agora, senhor, permita-me perguntar, como você responderá ao nosso Senhor, em comum, que você nunca me deu este conselho? Você nunca leu os Atos dos Apóstolos, ou a resposta de Paulo àquele que disse: “o que devo fazer para ser salvo?”. Ou você é mais sábio do que ele? Por que eu dificilmente ouvi você dizer o nome de Cristo? (GREEN, 2005, p. 143-144).

O autor inglês indica, em outra carta privada, ser incompreendido pelos cristãos, sejam eles anglicanos, católicos ou morávios. No processo produtivo e enunciativo da missiva privada a seguir, por exemplo, apresenta a própria paratopia e o caráter insustentável em relação ao espaço religioso no qual busca sua inscrição. Por meio da enunciação das cartas, Wesley cria o mundo pelo qual visa apresentar uma possível condição paratópica, ou seja, pela prática discursiva da troca de correspondências e do próprio processo produtivo, expõe as oposições, os conflitos e as incompreensões sofridas frente à comunidade religiosa. Em outras palavras ele manifesta,

no processo produtivo das epístolas privadas, a impossível e difícil negociação em se inscrever entre o espaço religioso e a sociedade que o circunscrevem – possível caracterização de sua paratopia –, a condição e o produto, ao mesmo tempo, dessas cartas.

Na carta privada de 7 de julho de 1738, temos os seguintes termos:

Entristeço-me ao pensar como o santo nome pelo qual somos chamados seja blasfemado entre os pagãos porque veem cristãos descontentes, cristãos irascíveis, cristãos ressentidos, cristãos mundanos, sim [...], enquanto veem cristãos julgando uns aos outros, ridicularizando uns aos outros, falando mal uns dos outros, aumentando em vez de carregarem as cargas uns dos outros (POTTS, 1991, p. 19).

A construção de cenografias das cartas privadas de John Wesley se apresenta como exógena em grande medida, ao se distanciar da rotina genérica do gênero do discurso ao qual está mobilizada (MAINGUENEAU, 2008b). Nesse contexto, tais missivas encenam a evangelização além de uma correspondência íntima, como o evangelizador que prega aos seus fiéis em um púlpito ou em uma paróquia da igreja.

Conforme as análises, verificamos que as cenografias construídas nas/pelas cartas privadas de Wesley procuram legitimar e constituir seu processo enunciativo, sua prática discursiva e, conseqüentemente, seus enunciados, assim como tais fatores legitimam e constituem as cenografias construídas. Por meio das encenações de pregação e evangelização, Wesley visa conceber sua identidade criadora (estatuto de autor/evangelizador) e legitimar as produções do espaço canônico e associado no campo religioso inglês do século XVIII.

A seguir, há alguns excertos de cartas privadas de John Wesley para evidenciar o funcionamento das cenografias supracitadas e

que compreendem, respectivamente, as missivas de 1º de julho de 1768, 19 de outubro de 1772, 11 de março de 1788, 28 de outubro de 1754 e 15 de junho de 1771:

Mas Ele, que é por você, é maior que todos os que estão contra, apenas tenha cuidado com os maus raciocínios! [...] O pecado propriamente dito não é mais nem menos do que “uma transgressão voluntária de uma conhecida lei de Deus” [...]. Cuidado com o orgulho! Cuidado com adutores! Cuidado com o desânimo! Mas acima de tudo, cuidado com a afeição desordenada! [...] O senhor é apenas um mordomo do que o Senhor lhe confiou, para ser disposto não de acordo com a sua vontade, mas com a dEle [...]. Ele está com você no fogo de modo que as chamas não arderão em você [...]. Felizes são aqueles que fazem a Sua vontade, e mais felizes ainda aqueles que a experimentam (POTTS, 1991, p. 18; 20; 25; 28; 41).

A análise das cartas privadas de John Wesley nos permite ressaltar a importância da prática discursiva da troca epistolar com vários correspondentes dos quais o autor considerava membros do grupo metodista. Ela funciona como um elemento legitimador e constituinte do movimento em questão que, por sua vez, mobiliza as missivas privadas como instâncias enunciativas nas quais o grupo constrói e fortalece a comunidade e o seu posicionamento. Novamente afirmamos que o texto, mais especificamente o gênero discursivo carta privada de autores consagrados, representa uma forma de gestão do seu contexto e trabalha como um embreante de natureza paratópica, por ser gerida por uma identidade criadora paratópica do campo religioso.